

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

# PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE  
MONITORAMENTO  
1º semestre de 2016

*(Acordo de Empréstimo nº 8.201-BR)*



2016

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Cyllêneo Pessoa Pereira Junior - Secretário

Rafael Felipe Lucas - Diretor Geral

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Júlio Takeshi Suzuki Jr - Diretor-Presidente

Daniel Nojima - Diretor do Centro de Pesquisa

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - Secretário

Otamir Cesar Martins - Diretor Geral

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Antonio Carlos Bonetti - Secretário

Paulino Heitor Meixa - Diretor Geral

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amílcar Cavalcante Cabral - Diretor-Presidente

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - Diretor-Presidente

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Iram de Rezende - Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Ana Seres Trento Comin - Secretária

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - Secretário

Sezifredo Paulo Alves Paz - Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Mauro Ricardo Machado Costa - Secretário

George Hermann Rodolfo Tormin - Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Reinhold Stephanes - Secretária

Márcia Carla Pereira Ribeiro - Diretora Geral

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Mauro Jose Corbellini - *Coordenadora Geral do Projeto (SEPL)*

Nestor Bragagnolo - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

Adriana T. Bora, Heiliny Hundsdofer, José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Lucas Rodrigues Maciel, Lucas Garcia Ferreira Martins, Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Sirlei Barchik, Sonia Maria dos Santos, Tobias de Freitas Prando.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação*

Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação Adjunta*

Angelita Bazzoti - *Socióloga*

Ciro Cezar Barbosa - *Economista*

Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*

Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

## LISTA DE SIGLAS

AGE - Administração Geral do Estado	EPPI - Estratégia de Participação dos Povos Indígenas
AIH - Autorização de Interação Hospitalar	FNDE/MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
AGUASPARANÁ - Instituto de Águas do Paraná	FUNAI - Fundação Nacional do Índio
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	GAS - Grupo Administrativo Setorial
BIC - Bank Identifier Code	GFS - Grupo Financeiro Setorial
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	GPS - Grupo de Planejamento Setorial
BM - Banco Mundial	IAP - Instituto Ambiental do Paraná
CAA - Coordenação de Articulação Acadêmica	IDS - Coeficiente de Indicadores de Desembolso
CAFE - Coordenação da Administração Financeira do Estado	IDE - Infraestrutura de Dados Especiais Ambientais
CDG - Coordenadoria de Desenvolvimento	IBAN - International Bank Account Number
CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	ICB - International Competitive Bidding
CEGERD - Centro Estadual de Gestão de riscos e Desastres	IFR - Interim Financial Report
CEMA - Conselho estadual de Meio Ambiente	INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions
CGE - Controladoria Geral do Estado	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CEPDEC - Coordenadoria Estadual de Proteção e defesa Civil	IPVA - Imposto sobre propriedades de Veículos Automotores
CEPRODEC - Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil	ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
CM - Casa Militar	ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	LAS - Licença Ambiental Simplificada
COSIT - Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicação	LI - Licença de Instalação
COP - Coordenadoria de Orçamento e Programação	LO - Licença de Operação
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	LOA - Lei Orçamentária Anual
CRH - Sistema de cadastro de Recursos Hídricos	LPI - Licitação Pública Internacional
DEAM - Departamento de Administração de Material	LPN - Licitação Pública Nacional
DDF - Declaração de Disponibilidade Financeira	MI - Ministério da Integração Nacional
DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária	MOP - Manual Operativo do Projeto
DEA - Declaração de Emissão Ambiental	NRE - Núcleo Regional de Educação
DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual	ONGs - Organizações Não Governamentais
DLIs - Disbursement Linked Indicators	PAD - Project Appraisal Document
DOE - Diário Oficial do Estado	PAIC - Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
e-COP - Sistema Orçamentário do Estado	PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
EEP - Eligible Expenditure Programs	PDO - Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	PGE - Programa de Gastos Elegíveis

PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
POP - Planos Operativos Plurianuais  
PPA - Plano Plurianual  
PPRI - Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário  
PRED - Paraná Edificações  
QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo  
RMM - Redução da Razão de Mortalidade Materna  
RMT - Revisão de Meio Termo  
SADT - Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia  
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SAEP - Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná  
SAFE - Sistema Administrativo Financeiro  
SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento  
SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência  
SEAIN - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
SEDEC - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil  
SEED - Secretaria de Estado da Educação  
SEEG - Secretaria de Estado de Governo  
SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda  
SEI - Sistema Estadual de Informações  
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
SESA - Secretaria de Estado da Saúde  
SESAI - Secretaria Especial da Saúde da População Indígena  
SIAF - Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro  
SIGARH - Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos

SGT - Sistema de Gestão Tributária  
SIGMA-PP - Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos  
SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná  
SINASC - Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos  
SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção a Defesa Civil  
SIPREC - Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva  
SISATER - Sistema de Programação e Registros das Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural  
SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização  
SOEs - Customized Statement of Expenses - Customized  
SUDE - Superintendência de Desenvolvimento Educacional  
SUEDE - Superintendência da Educação  
SUS - Sistema Único de Saúde  
SDP - Solicitação de Proposta  
SGBH - Subsistema de Gestão de Bacias Hidrográficas  
SMI - Solicitação de Manifestação de Interesse  
SMRH - Sistema de Monitoramento de Recursos Hídricos  
STN - Secretaria do tesouro Nacional  
SWAp - Sector Wide Approach  
TCE - Tribunal de Contas do Estado  
TORs - Termo de Referência  
UBS - Unidade Básica de Saúde  
UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto  
UTI - Unidade de Terapia Intensiva  
UTP - Unidade Técnica do Programa

## INTRODUÇÃO

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, objeto do Acordo de Empréstimo nº 8.201 - BR, entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, tem como fundamento a promoção do acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativo e ambientalmente sustentável. Está estruturado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, que engloba nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolvendo cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público.

A execução do projeto é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), a qual tem entre suas atribuições coordenar e supervisionar as atividades de execução, monitorar, avaliar e produzir os relatórios de desempenho com base em um conjunto de indicadores acordados com o Banco.

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla denominada Sector Wide Approach (SWAp). Constitui um tipo de financiamento inédito para o Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e 2016-2019. Esta modalidade de empréstimo exige do mutuário um esforço de articulação, coordenação, monitoramento e avaliação junto às instituições executoras. Nesse contexto, práticas de monitoramento e avaliação adquirem maior relevância no âmbito do Projeto ao associar a mensuração de metas físicas e financeiras por programa como condição para os desembolsos previstos no âmbito do Acordo de Empréstimo.

No cumprimento de suas funções, a UGP, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o quinto relatório, referente ao primeiro semestre de 2016. Neste, a análise do desempenho da execução física e financeira das ações do projeto reflete também os ajustes resultantes da Missão de Revisão de Meio Termo, ocorrida em abril de 2016, para melhorar a eficiência da execução e garantir o cumprimento das metas dos programas envolvidos.

Nesse contexto, inicialmente merecem destaque quatro pontos acordados com o Banco Mundial na referida missão, que deverão ser discutidos no âmbito do governo federal (SEAIN, STN e PGFN) para alteração do Acordo de Empréstimo vigente: a) alteração do texto referente ao objetivo de desenvolvimento do projeto (PDO), de modo a refletir de forma mais adequada os resultados pretendidos, em consonância com o escopo original do projeto; b) prorrogação do prazo do Acordo de Empréstimo por um período de 23 meses (o prazo de execução passará de novembro de 2017 para outubro de 2019); c) adequação do cronograma financeiro para o novo período de execução; e d) adequação dos indicadores de desembolso.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este relatório contempla quatro seções além desta introdução. Inicialmente, faz-se uma breve referência aos Fatores Circunstanciais da execução das atividades dos programas; em seguida, os Indicadores de Monitoramento da Execução Física do Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, no cenário das referências básicas, expressam os resultados dos programas com os indicadores de produto formulados pela aplicação do Modelo Lógico, e os indicadores de monitoramento considerados pelo Banco como sendo de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso. Nesse contexto, apresentam-se aspectos relacionados à execução e ao desempenho dos indicadores. A terceira seção, em face da modalidade do financiamento, traz o gerenciamento e os indicadores de monitoramento do Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz. Na quarta seção, enfoque é dado à execução financeira, em que se apresenta uma situação analisada pelo Banco Mundial dos valores aplicados e do cumprimento dos indicadores físicos no período.

Espera-se, com isso, ter alcançado o objetivo de entregar um relatório técnico capaz de informar o que vem sendo executado. Este documento busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, tendo sua disponibilização no endereço eletrônico [www.sepl.pr.gov.br](http://www.sepl.pr.gov.br).

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório deve-se considerar o contexto em que se deu a execução do mesmo, o qual assume maior relevância em decorrência dos ajustes acordados na Missão de Revisão de Meio Termo, de abril de 2016. No período 2013-2015, razões de ordem endógena e exógena ao projeto afetaram a execução, conforme detalhado nos relatórios anteriores, e podem ser sintetizadas como: a) dificuldades de gerenciamento operacional em virtude de problemas relacionados, em particular, à morosidade dos processos de aquisição, os quais devem tramitar em conformidade com a legislação nacional e as normas do Banco Mundial; b) restrições orçamentárias e financeiras, em face da conjuntura econômica desfavorável do Estado e do País; c) instabilidade cambial, com a valorização do dólar em relação ao real acima de 70%, obrigando o Estado a aplicar muito mais reais do que o previsto, para ressarcimento dos montantes acordados; d) atraso na contratação de alguns estudos e consultorias, motivo pelo qual o Estado executou os mesmos com recursos próprios.

Neste cenário, os resultados obtidos pelos programas que integram o Projeto Multissetorial foram exaustivamente analisados por técnicos das equipes executoras e especialistas do Banco durante na Revisão de Meio Termo, e orientaram a formulação das propostas de reestruturação. Importa destacar o conteúdo eminentemente técnico e operacional dessas propostas, que se consolidam como alternativas para viabilizar e agilizar a execução e garantir o cumprimento dos objetivos iniciais do projeto: melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos necessários ao desenvolvimento equitativo e sustentável do Estado. As principais propostas de reestruturação são:

- Prorrogação do prazo do Acordo de Empréstimo de novembro de 2017 para outubro de 2019, visando garantir a execução integral das atividades, especificamente às de Assistência Técnica, que estão em fase de contratação;
- Inclusão de dois novos períodos de desembolso em consonância com o cronograma financeiro devidamente ajustado e o cumprimento dos Indicadores de Desembolso, sem o incremento de metas;
- Pactuação de novas metas relacionadas aos indicadores de Desenvolvimento e Intermediário, com a elaboração da matriz de indicadores;
- Alteração da data de entrega ao TCE do relatório de auditoria para 31 de agosto, de modo a compatibilizar com o cronograma da Carta de Desembolso;
- Adaptação do texto do objetivo de desenvolvimento do projeto, de modo a refletir melhor os resultados, em consonância com o desenho original do projeto e dos programas dos setores que o integram, para: "Os objetivos do projeto são: a) aumentar a taxa de sobrevivência no

ciclo final do ensino fundamental; b) melhorar a prestação de serviços de saúde materno-infantil e de urgência e emergência; c) promover iniciativas de negócios da agricultura familiar e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas rurais; e d) contribuir para o fortalecimento e qualificação dos serviços na administração pública e para a gestão ambiental e de riscos de desastres".

- Adequação do cronograma financeiro em função da defasagem cambial e da prorrogação do prazo de execução do projeto;
- Alterações no cronograma de desembolso, em função da reformulação do cronograma financeiro e da prorrogação da data de encerramento do Acordo de Empréstimo, as quais serão formalizadas tão logo seja finalizada a tramitação do processo junto ao governo federal.

As proposições de alteração na matriz de indicadores representam adaptações à realidade da execução e não devem causar prejuízo aos resultados finais pretendidos. As mudanças acordadas na Missão de Meio Termo, ocorrida no período de 23 a 27 de abril de 2016, constam nos quadros para acompanhamento dos indicadores e serão objeto de registro mais detalhado na sessão Contexto do capítulo 2 deste documento, que especifica o acompanhamento dos indicadores do setor por programa.

Para o presente relatório, que corresponde ao primeiro semestre de 2016, ainda foram aferidos os indicadores formulados com base no Modelo Lógico. Para o segundo semestre de 2016, a proposta consiste na elaboração de um novo quadro de indicadores de monitoramento, que será incluído no Manual Operativo e será a referência de monitoramento, em conjunto com os quadros de indicadores acordados com o Banco produzidos na Revisão de Meio Termo.

Assim, os programas do Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, serão monitorados por dois conjuntos de indicadores complementares, de modo a melhor balizar a ação do gestor, quais sejam: a) Quadro de Indicadores de Monitoramento; e b) Quadro de Resultados e Monitoramento acordados com o Banco – desenvolvimento, resultado intermediário e desembolso. Esses últimos estão vinculados às ações previstas tanto no Componente 1 quanto no Componente 2 do projeto (quadro 1).

Destacamos que os diagramas do Modelo Lógico, que apresentam as referências básicas dos programas (objetivos, público-alvo e beneficiários), continuam sendo os cenários para a leitura do contexto do desempenho dos indicadores, com as metas e cronogramas revisados.

Os Indicadores de Desenvolvimento estão relacionados aos setores apoiados pelo Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Os indicadores de Resultados Intermediários foram construídos considerando os programas finalísticos e a ação do Componente 2 do projeto. Os Indicadores de Desembolso foram definidos tendo em vista as regras e normas do financiamento. De forma geral, as metas acordadas e expressas nos instrumentos de acompanhamento são equivalentes; quando tal não acontece, dá-se o devido destaque.

O procedimento adotado para elaboração deste relatório (1º semestre de 2016) foi a solicitação de preenchimento das planilhas pelos executores, conforme o instrumento de coleta utilizado no relatório anterior, ao qual foram acrescentados questionamentos sobre o atual estágio de



implementação, com o objetivo de que os executores refletissem sobre o desempenho das metas físicas e financeiras em relação ao programado, e os fatores positivos e negativos que influenciam a execução. Este procedimento visa à obtenção de informações para a identificação das dificuldades e dos principais gargalos que devem ser objeto de atenção do gerenciamento. A UGP/SEPL recebe, consiste e consolida as informações em relação às metas programadas, para o cálculo dos indicadores de produto formulados com o Modelo Lógico e dos indicadores de desenvolvimento, intermediários e de desembolso estabelecidos no Acordo de Empréstimo.

Observa-se que no período foram analisados seis indicadores de desembolso e houve o cumprimento de 66% dos mesmos, desempenho este, superior ao verificado no período anterior, que foi de 46% dos mesmos. As dificuldades de alcance de dois indicadores de desembolso justificam-se, em parte, pelo retardamento e redução no número de técnicos contratados pela EMATER.

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação (SEED), os principais achados de auditoria estão relacionados a inconformidades nas obras de infraestrutura física das escolas apoiadas pelo Programa Renova Escola. A SEED, por orientação do Banco Mundial e Tribunal de Contas do Estado, efetuou um levantamento de todas as obras envolvidas. A questão foi discutida com a especialista em Gerenciamento Financeiro do Banco, na missão de junho de 2016, e resultou na definição de critérios para aceitação das obras concluídas até o final de 2014. Outras providências técnicas e administrativas foram tomadas e já informadas ao Banco Mundial e TCE, para garantir maior controle e fiscalização das obras em prédios escolares e na emissão dos atestados de conclusão dessas obras.

Ainda, como importante tarefa de gerenciamento, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), para sanar as lacunas identificadas no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, adotou medidas corretivas nos controles internos, em sintonia com os executores. As intervenções de ordem técnica e operacional adotadas nas rotinas administrativas visam garantir que os procedimentos de execução atendam integralmente as normas do Banco Mundial e os princípios que regem a administração pública de forma eficiente e eficaz. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se na Secretaria de Estado da Saúde: a) a criação de um Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação de caráter operacional, para monitorar e adequar a aplicação da legislação vigente e as normas do Banco em nível estadual e municipal; b) a formalização de um termo de cooperação com a Paraná Edificações, órgão da Secretaria de Infraestrutura e Logística, para fiscalizar da etapa inicial à conclusão as obras financiadas no âmbito do Projeto.

Ainda, como tarefa estritamente gerencial para garantir as condições de execução das ações dos programas, foram realizadas as atividades administrativas e técnicas necessárias, e o processo de solicitação de prorrogação do prazo foi organizado e está em tramitação junto ao Banco Mundial, SEAIN, COFIEX e STN. Nesse contexto, tem-se a expectativa de prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo, com a implementação das reformulações negociadas na missão de Meio Termo para o 2º semestre de 2016.

Para enfrentar os desafios técnicos e operacionais próprios de projetos com enfoque multissetorial, em um cenário econômico adverso, em nível estadual e nacional, a UGP, com a colaboração da equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do IPARDES, realizou

no segundo semestre de 2015 análise situacional sobre os condicionantes de desempenho das ações dos programas. Este procedimento de monitoramento produziu informações sintéticas e subsidiou a tomada de decisões, quanto à repactuação das metas, identificação e correção dos problemas, ou revisão estratégica e operacional que orientou a formulação das proposições discutidas na Revisão de Meio Termo.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1 PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
SETOR 1 ou SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - Pró-Rural	SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO
1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial (SEAB, EMATER, ITCG)	SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA)
1.1.2 Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)	
SETOR 2 ou SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES	SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE)
1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ)	
1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ E DEFESA CIVIL)	
SETOR 3 ou SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO	SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP)
1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED)	
1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED)	
1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)	
SETOR 4 ou SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE	SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL e SEAB)
1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA)	
1.4.2 Programa Rede Mãe Paranaense (SESA)	
	SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP)
	SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ)
	SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED)
	SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)

## INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente 1. Assim, os programas serão apresentados por setor com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento desses indicadores.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis, contribuindo assim para a diminuição das diferenças regionais.

As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (Pró-Rural), que visa reverter a baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (tabela 1, diagramas 1 e 2).

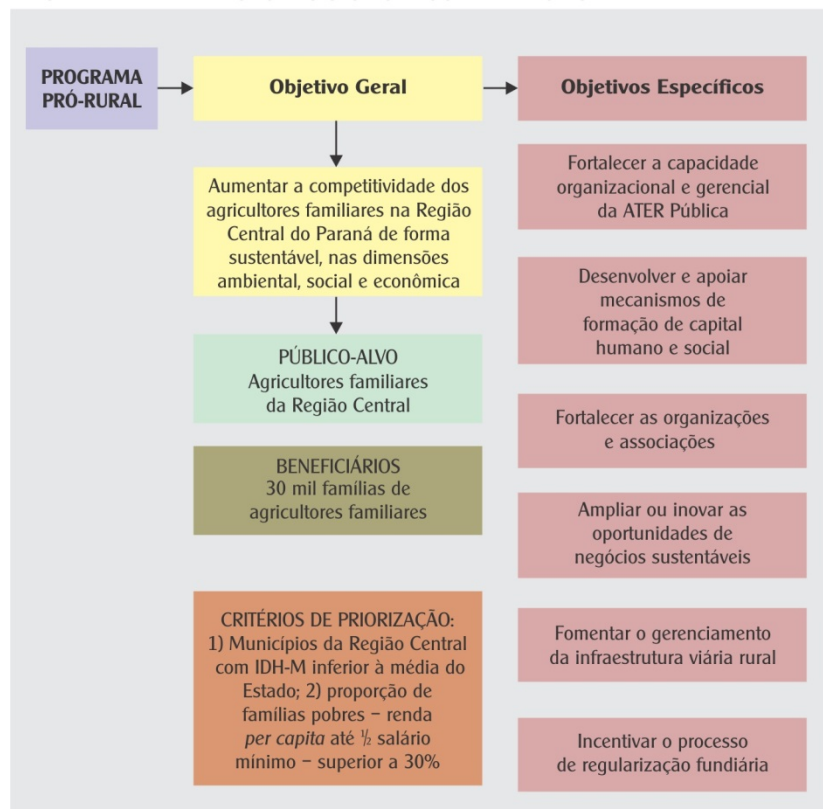
TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO 2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total <sup>(1)</sup> (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2015) (B)	Executado no Período (jan./2016 a jul./2016) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (B+C)/A (%)
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	193.554.340	12.565.542	429.484	180.559.314	93,29
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	121.819.981	43.806.697	2.360.684	75.652.600	62,10
<b>TOTAL</b>	<b>315.374.321</b>	<b>56.372.239</b>	<b>2.790.168</b>	<b>256.211.914</b>	<b>81,24</b>

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

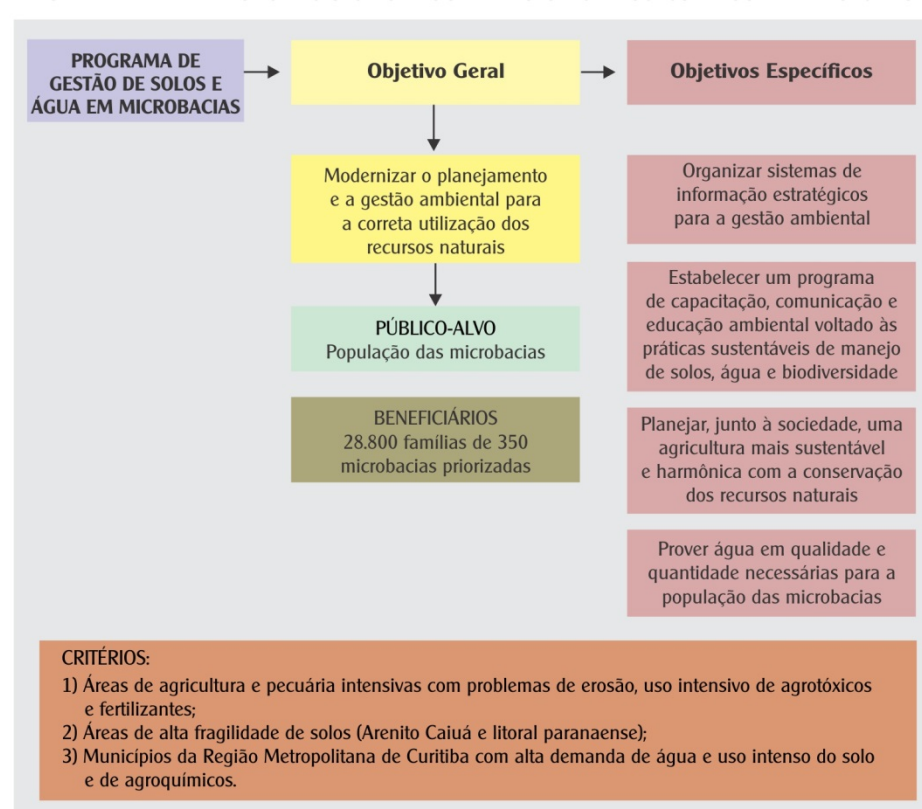
(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

## ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

O Programa Pró-Rural visa fomentar a inserção socioprodutiva dos agricultores familiares beneficiários, e seu monitoramento tem por base metas físicas de 13 indicadores de produto relacionados à execução das ações. Para o Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias são 8 indicadores de produto, com a realização de ações para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas, adequados considerando-se a revisão de Meio Termo realizada em abril de 2016.

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2016

continua

PRODUTO	PGE 1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado De 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
102 escritórios reformados, 100 veículos adquiridos e rede de TI da EMATER modernizada (IPML)	Número	82	102	0	Número de escritórios reformados	80
	Número	131	0	0	Meta cumprida integralmente em 2013	
250 técnicos capacitados por meio da realização de 103 cursos (IPML)	Número	1.302	50	202 técnicos capacitados em 9 cursos totalizando 96 horas	Número de técnicos capacitados no 1.º semestre de 2016	304
21 mil famílias atendidas pela ATER pública oficial (IPML)	Número	26.754	6.000	4.169 famílias atendidas pela ATER	Número de famílias atendidas no 1.º semestre de 2016	69
9.600 pessoas capacitadas por meio de 320 cursos (IPML)	Número	27.967	6.000	3.387 pessoas capacitadas em 84 cursos totalizando 856 horas	Número de pessoas capacitadas no 1.º semestre de 2016	56
150 propostas de negócios financiadas (IPML)	Número	0	15	18 convênios em processo de formalização	Número de convênios formalizados	0
Grupo de produtores apoiados por meio do projeto de iniciativas de negócios implementadas	Número	0	0	0	Número de projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiados. Meta para 2017.	0
Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluídos	Número	1.539	3.200	0	Processos ajuizados	0
6.200 lideranças capacitadas por meio de 206 eventos (IPML)	Número	5.340	2.000	475 lideranças capacitadas em 10 eventos totalizando 75 horas	Número de lideranças capacitadas no 1.º semestre de 2016	24
7 consórcios intermunicipais apoiados por meio da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas (IPML)	Número	Não se aplica	7	8 em processo de formalização dos convênios	Consórcios apoiados	0
1.600 operadores e 400 gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais (IPML)	Número	0	500	0	Número de operadores capacitados	0
	Número	0	160	0	Taxa de gestores capacitados	0
Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados (IPML)	Número	Não se aplica	0	0	Número de planos de gestão elaborados. Meta para 2017.	0

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2016

conclusão

PRODUTO	PGE 2 - PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado De 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
389 escritórios municipais, 21 escritórios regionais e a sede estadual da EMATER e 21 escritórios regionais e a sede estadual da SEAB com equipamentos adquiridos	número	0	410	0	Número de kits adquiridos	0
490 profissionais qualificados (27 cursos, temas: tecnologias da conservação, de produção, de informação e fiscalização; totalizando carga horária de 350 horas)	número	559	200	580	Número de profissionais qualificados no 1.º semestre de 2016	190
200 cursos sobre geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas (para 4.000 pessoas, 200 cursos e carga horária total de 1.600 horas)	número	2.472	1.000	3.572	Número de pessoas qualificadas no 1.º semestre de 2016	257
120 eventos (dias de campo e excursões), 2 campanhas estaduais de comunicação de massa e participação em 70 feiras (montagem de estandes educativos)	número	84	20	24	Número de eventos realizados	120
	número	2	1	1	Número de campanhas realizadas	100
	número	18	20	3	Número de participação em feiras	15
350 sistemas de abastecimento de água	número	116	79	12	Número de sistemas de abastecimento de água	15
250 planos de ação de microbacias validados pela comunidade	número	150	20	20	Número de planos validados no 1.º semestre de 2016	100
Número de hectares apoiados pelas intervenções dos planos de ação	ha	Não se aplica	303.000	195.000	Hectares apoiados	64

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 3 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO	META 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO	META ALCANÇADA NO PERÍODO		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO FONTE DE INFORMAÇÃO
		Até 31/12/2015			01/01/2016 a 30/06/2016	%	
Número de agricultores familiares treinados e recebendo assistência técnica (IRI-PAD)	Número	27.967	6.000	Não se aplica	3.387	56	Arquivo físico encontra-se no Setor Financeiro da EMATER e eletrônico encontra-se no Sistema SAFE da EMATER.
Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a fontes melhoradas de água para consumo humano	Número	0	10.100	Não se aplica	12.840	127	Número de pessoas beneficiadas com acesso a água: 107 poços x 30 famílias em média x 4 pessoas por família = 12.840 pessoas beneficiadas até jun./2016
Grupo de produtores apoiados por meio do projeto de iniciativas de negócios implementadas	Número	0	0	Não se aplica	0	0	
Porcentagem de associações de agricultores apoiadas pelo projeto com melhoria do acesso e integração aos mercados produtivos (ID-S)	Percentual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	UTP/SEAB em 09/08/2016
Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas (ID e IRI-PAD)	Número	0	15	15	0	0	Arquivo encontra-se no site <a href="http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=227">http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=227</a> Os processos físicos para a formalização dos convênios encontram-se no DEAGRO/SEAB. No site <a href="http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/catasg/catalogo.php?servico=85">http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/catasg/catalogo.php?servico=85</a> , poderá ser consultado o andamento dos processos de formalização de convênios.
Número de Planos de Ação de microbacias elaborados (ID, IRI-PAD)	Número	150	20	20	20	100	

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

IPML - Indicador de Produto Modelo Lógico

ID - Indicador de Desembolso (ou DLI)

ID-S - Indicador de Desenvolvimento-Setorial

IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

## CONTEXTO

### PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL

Os principais ajustes e acordos da Revisão de Meio Termo do Projeto foram:

- a) redução da meta do número de projetos de negócios sustentáveis para 75 projetos apoiados, em virtude das dificuldades operacionais e legais, do cronograma e das metas físicas, com reformulação dos respectivos cronogramas e do indicador de desembolso;
- b) reformulação do objetivo de desenvolvimento do Projeto, para melhor refletir os resultados atribuíveis às intervenções deste Programa. Esse indicador acordado com o Banco ficou definido como "Grupo de produtores apoiados por meio do projeto de iniciativas de negócios implementados", e sua composição seguirá os critérios estabelecidos no quadro de resultados e monitoramento;
- c) exclusão da ação de apoio aos parceiros estratégicos para execução do Programa: repasse de recursos para aquisição de veículos e equipamentos de informática aos municípios para a melhoria da infraestrutura de atendimento da ATER municipal. Esta exclusão decorreu da verificação de que as prefeituras não dispõem de recursos humanos destinados a apoiar a assistência técnica, somado ao fato de que há dificuldades para a formalização de convênios entre o Estado e as Prefeituras, em virtude da inadimplência de muitos municípios;
- d) redefinição da estratégia de execução para o apoio a projetos-pilotos e iniciativas inovadoras, com possibilidades de se apoiar: a) unidades de referência; b) unidades multiplicadoras; c) unidades demonstrativas; d) concursos para premiar práticas inovadoras; e e) pesquisas aplicadas para a promoção de práticas inovadoras de desenvolvimento da agricultura familiar;
- e) ampliação da meta da Ação de Regularização Fundiária de 4 para 6 mil beneficiários e inclusão de outras formas de regularização em áreas privadas, tais como: inventário, primeiro registro e usucapião administrativo, de modo a racionalizar e potencializar o trabalho realizado de medição e georreferenciamento de mais de 4 mil propriedades rurais;
- f) atualização dos valores para apoio a projetos de negócios sustentáveis (reposição da inflação do período 2012-2015);
- g) redução dos valores de contrapartidas (porcentagem e tipos) e nos limites de apoio individual de acordo com a legislação e adequada à realidade socioeconômica das Associações e Cooperativas de produtores rurais;
- h) inserção do apoio a Cooperativas Familiares, por meio do repasse financeiro direto a projetos de negócios sustentáveis, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Estadual nº 3.513/2016.



- A formalização dos convênios para o apoio aos projetos de negócios sustentáveis junto às Associações e Cooperativas não se concretizou neste semestre, e o indicador de desembolso de apoio a 15 projetos deixou de ser cumprido. A expectativa de finalização dos trâmites processuais para cumprimento desse indicador de desembolso está prevista para o início do segundo semestre de 2016, uma vez que a instrução documental e legal de todos os processos foi realizada.
- Destaque-se ainda, no que se refere à ação de apoio a projetos de negócios sustentáveis, a reformulação da estratégia operacional de execução, com a realização de atividades de prospecção e organização das Associações e Cooperativas, capitaneadas pela SEAB/EMATER, para pré-identificar projetos e orientar sua elaboração em consonância com os critérios estabelecidos para a seleção por chamada pública para obter-se maior número de propostas com melhor qualidade e conteúdo técnico.
- Para o cumprimento da meta física, está programado o lançamento de novo edital de Chamada Pública, como resultado da reformulação da estratégia de execução da ação de apoio a projetos de negócios sustentáveis. Para garantir o cumprimento da meta foi realizado um trabalho prospectivo nos territórios do programa, no qual 74 associações e 97 cooperativas de produtores rurais foram identificadas com funcionamento regular e com potencial para a elaboração de projetos competitivos para concorrer na próxima chamada pública.
- Destaque-se a conclusão do processo de aquisição de máquinas e equipamentos, que possibilitará a formação de nove patrulhas rodoviárias para a manutenção e conservação de estradas rurais, com o cumprimento das metas relacionadas à qualificação de operadores e elaboração de planos de manutenção de estradas e o apoio aos consórcios intermunicipais com máquinas e equipamentos novos e fortalecimento da gestão do processo de adequação de estradas rurais.
- A SEAB lançou, em 19 de maio de 2016, o Edital para seleção dos consórcios intermunicipais interessados nas patrulhas rodoviárias adquiridas pelo processo licitatório LPI nº 001/2014. Em 1º de julho de 2016 foi publicado o resultado final do processo de seleção com a relação dos oito consórcios intermunicipais considerados aptos a receber os equipamentos.
- Para o segundo semestre de 2016 está prevista a formalização dos convênios com os Consórcios Municipais, entrega das patrulhas e realização de cursos de qualificação para operadores das patrulhas rodoviárias. Estão previstos oito cursos para os operadores dos oito consórcios selecionados.
- Em relação à ação de regularização fundiária, o ajuizamento dos processos de usucapião é viabilizado pela parceria com a Defensoria Pública do Estado. Este processo, interrompido temporariamente em 2015, foi restabelecido em maio de 2016 com a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre a Defensoria Pública do Paraná e o ITCG.

- Para o cumprimento da meta de ajuizamento prevista como produto da ação de regularização fundiária, estão em andamento adequações técnicas e operacionais para a instrução do processo e sua tramitação no âmbito do judiciário.
- Entre os meses de maio e junho de 2016, a equipe do ITCG esteve nos municípios de Marquinho, Mato Rico e Reserva do Iguaçu para revisar e complementar documentação exigida para a instrução processual.
- No segundo semestre de 2016 estão previstas visitas aos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses, Pitanga e Guarapuava.
- A ação de regularização fundiária, por sua singularidade e importância estruturante na promoção do desenvolvimento rural, é objeto de avaliação pela equipe do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do IPARDES. Para esta avaliação, optou-se por duas abordagens distintas e complementares de impacto, com a adoção da metodologia "quase-experimental" e qualitativa, para se registrar o processo de implementação da regularização fundiária enquanto política pública.
- Os indicadores que medem a capacitação de pessoas (beneficiários, técnicos e lideranças) no programa, em sua maioria, superaram o número de capacitações previstas, o que pode ser justificado pelo fator incremento do número de participantes por evento. Os valores podem ser diferentes da informação encontrada no documento comprobatório devido ao fato de a UTP (Unidade Técnica do Programa) contabilizar a participação em cursos com pelo menos 8 horas e excluir repetições do mesmo participante.
- Quanto ao indicador que mede "Famílias atendidas pela ATER", a UTP considerou como agricultor atendido aquele que recebeu pelo menos dois atendimentos, sendo um deles uma visita à unidade produtiva e oito horas de atividades de capacitação.
- Para o indicador "Número de projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiadas", com a execução em atraso, foi elaborada uma proposta de implementação da atividade em conjunto com a Câmara de ATER do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (CEDRAF). A UTP realizou, em julho de 2016, seminários territoriais para levantamento das demandas ligadas à inovação. Estes seminários tiveram como objetivo a priorização das cadeias produtivas a serem apoiadas em cada território. Nesse exercício, os representantes dos territórios elaborarão a matriz de identificação das atividades de inovação para apoio por cadeia produtiva prioritária. Para o próximo exercício está programada a concretização dos apoios.
- As dificuldades em relação à disponibilidade orçamentária e financeira foram equacionadas desde março de 2016, e os processos programados de licitação estão em andamento.

## PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

Na missão de Revisão de Meio Termo, os principais ajustes e acordos foram:

- a) exclusão da meta de 40 negócios comunitários sustentáveis instalados, devido às dificuldades jurídicas e baixa demanda para esta ação, bem como sua sobreposição com outra linha de apoio do próprio programa e do Pró-Rural;
- b) exclusão da ação relacionada ao cadastro multifinalitário, devido às indefinições operacionais e metodológicas de sua formulação e objetivo;
- c) exclusão da ação de Realização do Inventário Florestal do Estado do Paraná, em virtude de ter sido assumida integralmente pelo Instituto Florestal do Paraná (será custeado com recursos do Componente Assistência Técnica). O trabalho já foi contratado e tem previsão de ser finalizado em 2017;
- d) considerando a extrapolação da meta de capacitação de 490 profissionais qualificados já em 2016, acordou-se ampliar a meta para 959 capacitações até 2017;
- e) as metas do indicador "200 cursos sobre geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas" apresentaram superação já no 1º semestre de 2016 e foram redistribuídas até 2017 para totalizar a meta final de 4 mil pessoas capacitadas;
- f) quanto à ação "Realização de eventos para difusão de conceitos de educação ambiental", houve as seguintes redefinições: ampliação da meta de 120 eventos (dias de campo e excursões) para 128 eventos até 2017; mudança da estratégia de realização de campanhas de comunicação em massa, priorizando a realização anual da campanha "Plante seu Futuro" já iniciada em 2013; e mudança da estratégia de participações em feiras (montagem de estandes educativos), priorizando a participação anual nas cinco principais feiras agropecuárias do Paraná (Show Rural, Expolondrina, Expoingá, Expotécnica, WinterShow). Dessa forma, pretende-se atingir um público maior do que o previsto inicialmente;
- g) redução da meta dos sistemas de abastecimento de água de 480 para 350, em virtude das dificuldades operacionais de se estabelecerem as parcerias com as prefeituras para implantação dos sistemas, e redefinição de estratégia proposta pela executora AGUASPARANÁ, que assume, além da atribuição de perfuração dos poços, atividades relacionadas à canalização do abastecimento de água para as residências dos beneficiários;
- h) redimensionamento da meta de elaboração dos planos de ação das microbacias de 350 planos inicialmente previstos para 250 planos, em face das dificuldades orçamentárias do período 2014-2015, que comprometeram o ritmo da execução;

- i) inclusão de dois novos indicadores: a) um de Objetivo de Desenvolvimento do Projeto – "Número de hectares apoiados pelas intervenções dos Planos de Ação das Microbacias"; b) outro Intermediário – "Número de pessoas beneficiadas com o abastecimento de água". Com esses indicadores pretende-se monitorar e capturar os esforços e resultados das atividades de execução dos Planos de Ação das Microbacias e da implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água.
- O indicador de desembolso relacionado aos planos de ação das microbacias foi integralmente cumprido, com a validação de 20 planos de ação.

## 2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - SETOR 2

O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atuará em duas frentes: a) modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental; e b) reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender as demandas desta área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

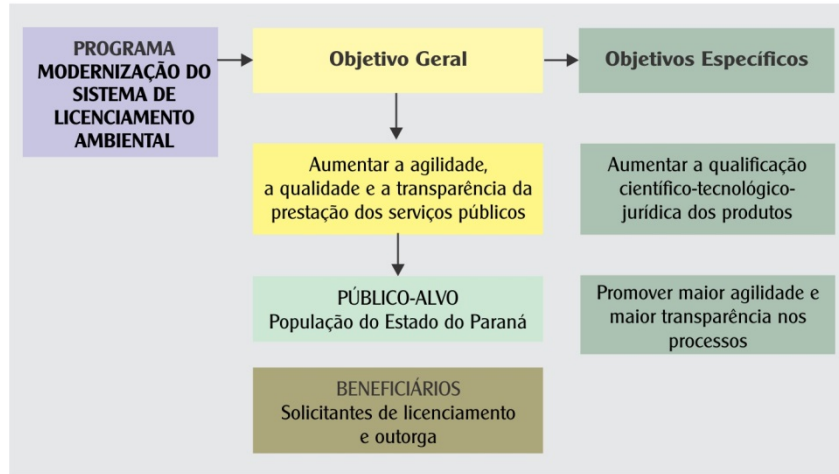
TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total <sup>(1)</sup> (A)	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 31/12/2015 (B)	Executado no Período jan./2016 a jun./2016 (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (B+C)/A (%)
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	40.079.869	5.865.561	1.835.000	32.379.308	80,79
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	65.183.879	7.352.126	825.262	57.006.492	87,45
<b>TOTAL</b>	<b>105.263.748</b>	<b>13.217.686</b>	<b>2.660.262</b>	<b>89.385.800</b>	<b>84,92</b>

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

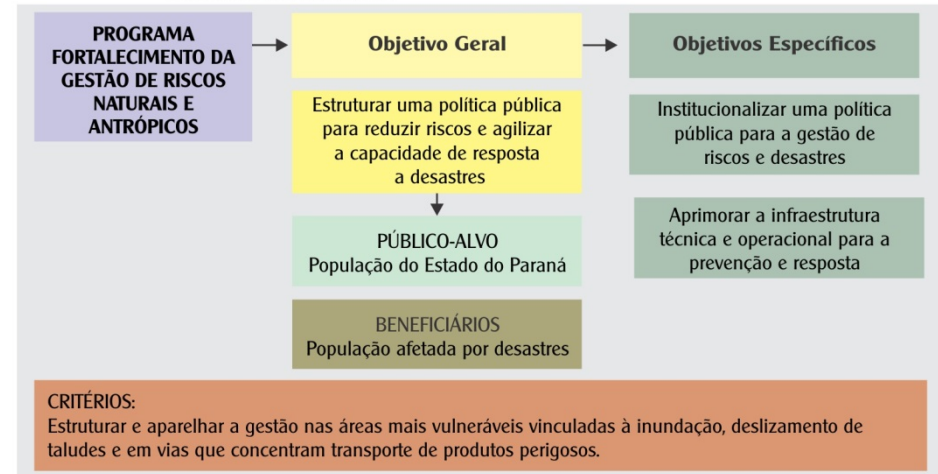
(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

## ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Foram definidos dez indicadores de monitoramento para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados 19 indicadores de monitoramento objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, que corresponde ao percentual de cobertura das áreas do Estado mais expostas aos perigos naturais, durante a Revisão de Meio Termo, passou a ser considerado indicador de Resultado Intermediário, totalizando três destes indicadores. No tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
1 Sistema de Informações integrado	Texto	Implantado integralmente o módulo de Licenciamento Industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o Módulo de Monitoramento Ambiental, oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>online</i> da DEA, correspondendo a 20% do Sistema Integrado de Informações	Módulos para avicultura, suinocultura, comércio e serviços em desenvolvimento, com implantação prevista no primeiro semestre/2015	Módulos de indústria, suinocultura, avicultura, comércio e serviços, imobiliário e Autorização de Resíduos Sólidos, implantados.	Sistema implantado	20
Software do SIGARH implantado	Número	Realizado pregão eletrônico n° 05/2016 (protocolo 13.844.389-2). Aguardando homologação			Softwares implantados	Não se aplica
Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) implantado	Texto	Elaboração do TdR, estimativa de custos e encaminhamento para não objeção	1.º Semestre: Publicação da SMI; parecer do COSIT; elaboração da lista curta; aprovação da SDP e do Relatório; publicação da SDP; avaliação de propostas; seleção da empresa  2.º Semestre: Contrato assinado e início dos trabalhos	Publicação da SMI; aprovação do COSIT; seleção da lista curta; elaboração da SDP; aprovação da SDP e do Relatório da lista curta.	Empresa da lista curta selecionada	80
22 Municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização	Número	16	6	0	n.º de municípios descentralizados	73
1 Sistema de Transmissão recepção e armazenamento de dados operando e 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Número	Não se aplica	7 estações de monitoramento do ar instaladas e operando	1 Estação Móvel operando, 2 fixas instaladas e operando (Paranaguá e Maringá) outras 4 aguardando instalação.	Sistema implantado	43

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, mapeamento de competências e diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná	Número	500	Não se aplica	Termo de Referência pronto. Falta definir coordenador do IAP. Depois disso, será encaminhado à SEPL.	N.º de servidores capacitados	Não se aplica
Melhoria da infraestrutura operacional para monitoramento e fiscalização no Laboratório do IAP	Número	4 laboratórios equipados 39 veículos adquiridos (25 Amarok e 14 barcos)	Não se aplica	Não se aplica	100% já atingido	
Melhoria da infraestrutura operacional para as ações de monitoramento do AGUASPARANÁ	Número	Equipamentos; medidores de vazão e 10 veículos (Duster) adquiridos	Não se aplica	Não se aplica	100% já atingido	
Readequação do <i>layout</i> interno da SEMA	Texto	Não se aplica	3 ambientes mobiliados; e equipamentos adquiridos ( <i>switches</i> )	Pregão eletrônico mobiliário realizado, em fase de declarar vencedor, Edital dos <i>switches</i> será analisado pelo COSIT.	Não se aplica	Não se aplica
Manutenção e conservação da estrutura física da SEMA	Texto	Não se aplica	Projetos de arquitetura para a cobertura do prédio; piso do subsolo e sanitários elaborados	Cobertura do prédio, reforma concluída em fevereiro de 2016. Pregões eletrônicos referentes ao subsolo e aos banheiros realizados, contratos assinados, reforma iniciada dia 25/07/2016.	Manutenção e conservação da estrutura física da SEMA realizadas	33
Institucionalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) para a gestão de riscos e desastres ambientais (IPML)	Texto	Conselho criado	Formalização do Conselho e apresentação ao mesmo das diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil	Formalização do Conselho realizada.	Conselho institucionalizado	100

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Instrumento Legal que institui a Política Estadual	Texto	Avaliação das Diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil	1.º semestre: Plano de Gestão de Riscos e Desastres aprovado pelo Banco 2.º semestre: Minuta de Lei que estabelece a política considerada satisfatória pelo Banco	TDR ainda em elaboração, com atraso devido a indefinições do governo federal sobre a Política Nacional de Proteção a Defesa Civil. Previsão de conclusão do TDR até 30/11/2016. A Política Estadual de Proteção e Defesa Civil foi implantada pela Lei 18.519/2015. A minuta do plano estadual será apresentada na próxima reunião do CEPRODEC em agosto de 2016.	Plano aprovado	0
Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC)	Texto	Não se aplica	1 Sistema desenvolvido, implantado e operando	Paga ao SIMEPAR, pelos serviços prestados no 1.º trimestre de 2016, a importância de R\$ 135.866,58 por meio da OPN (Ordem de Pagamento Normal) n.º 69.33.0000/6/00441-1 emitida em 22/04/2016.	Sistema implantado e operando	100
Mapeamento da Cobertura da Terra no Paraná, ano-base 2012	Texto	Não se aplica	Elaboração da lista curta; elaboração da SDP; publicação da SDP; avaliação das propostas; contratação da empresa vencedora, início dos trabalhos	Elaboração da lista curta; elaboração da SDP.	Mapeamento concluído	20
60 Estações pluvio/fluviotelemétricas instaladas operando com manutenção pelo AGUASPARANÁ	Número	60 estações adquiridas e instaladas	60 estações operando	Meta concluída em 2013	100% já atingido	



QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Cartografia do Litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P)	Texto	Geração da base cartográfica	2.134 km <sup>2</sup> de área mapeada no Estado do Paraná na escala 1:10.000	Empresa entregou o relatório final e transferência de tecnologia e realizou treinamento, assim finalizando o contrato.	100% já atingido	
Mapeamento de riscos geológicos e hidrológicos da RMC e outras áreas com identificação de riscos (IPML)	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais	4,96	33	Resolução designando servidores para compor Grupo de Trabalho, publicada.	Cobertura total da área	0
Mapeamento e Delimitação de Áreas Urbanas Inundáveis: RMC, e nas cidades de Morretes e Francisco Beltrão	Texto	Não se aplica	Estudos hidrológicos/hidráulicos e especificações técnicas para execução de serviços de topobatimetria e levantamento <i>laser</i> realizados	Estudos realizados	Mapeamento realizado	100
Inventário Florestal	Texto	Pregão Eletrônico realizado	Serviços de levantamento de dados de campo do IF em parte do Estado do Paraná	Serviços de levantamento de dados de campo realizados.	Inventário florestal realizado	100
Sala de Monitoramento Meteorológico/SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR)	Texto	Não se aplica	Sala adquirida, equipada e operando	Sala adquirida e operando, faltando ainda alguns equipamentos.	Sala operacionalizada	66
Sistema Inteligente de Visualização, Armazenamento de Dados Ambientais	Texto	Pregão Eletrônico realizado	Supercomputadores adquiridos, implantados e em operação	Equipamento adquirido por meio de pregão eletrônico realizado em dezembro, contrato assinado, bem entregue e em fase de homologação pela CELEPAR.	Supercomputadores em operação	100

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Adequação de <i>layout</i> interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para atendimento do CEGERD	Texto	Não se aplica	Serviços de adequação de <i>layout</i> interno e instalações prediais de ar condicionado e redes elétricas e lógica para o Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (CEGERD), concluídos. Houve atraso devido a questões de análise técnica e documental.	A segunda licitação está em andamento, tendo em vista a primeira estar deserta. O processo encontra-se em fase de análise documental pela Paraná Edificações e análise técnica pela CELEPAR.	<i>Layout</i> e instalações prediais adequados	0
CEGERD equipado com mobiliário	Texto	Não se aplica	CEGERD mobiliado (Lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6)	Licitação realizada e homologada com contrato assinado. Para a produção do mobiliário há a necessidade da finalização da obra física do CEGERD.	CEGERD equipado	100
Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e ativos de rede	Número	Não se aplica	16 postos de comando fixos equipados (CEGERD, Comando Central de Curitiba e Regionais do Interior)	Licitação concluída. Falta finalização de obra física do CEGERD.	Comandos equipados	0
CEGERD equipado com <i>software</i> e <i>hardware</i>	Texto	Não se aplica	CEGERD equipado	Licitação em fase de finalização pelo DEAM. Atualmente em fase de análise de recursos.	CEGERD equipado	0
Fortalecimento dos Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil	Texto	16 veículos Vans master com gerador disponibilizados para compor os postos de comando regionais móveis	32 veículos Pick Up 4x4 destinados ao atendimento de busca e resgate em inundações, alagamentos e enxurradas e busca e resgate em estruturas colapsadas. Os veículos serão equipados para os atendimentos	Licitação 1 e 2 em fase de conclusão.	Postos de comandos regionais equipados	0

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

conclusão

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Qualificação e capacitação de agentes da Defesa Civil	Texto	Não se aplica	Qualificação contratada	LOTES 1, 2 e 3 dos processos licitatórios em fase de conclusão.	Agentes capacitados	0
Sistema Local de alerta precoce para a comunidade de floresta	Texto	Não se aplica	Contrato assinado	Minuta do Termo de Referência em análise na UGP/SEPL.	Sistema implantado	0
Sistema de Radares Banda X em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados e operando	Texto	Não se aplica	Término do Termo de Referência, não objeção BIRD e abertura de licitação	SIMEPAR está finalizando Termo de Referência, para posterior envio ao BIRD para revisão prévia.	Sistemas implantados	0

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 5 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2015	META 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 01/01/2016 A 30/06/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO 01/01/2016 A 30/06/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
					Indicador	%	
Implementação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos - SIGARH (ID) ABA 1	Texto	Processo de seleção SBOC em fase de recebimento de propostas	Previsão de assinatura do contrato em setembro/2016	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Protocolo n.º 13.8382893-0
Estabelecimento da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (ID, IRI-PAD)	Texto	Avaliação das Diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil	1.º Semestre: Plano de Gestão de Riscos e Desastres aprovado pelo Banco 2.º semestre: Minuta de Lei que estabelece a política considerada satisfatória pelo Banco.	A Política Estadual de Proteção e Defesa Civil foi implantada pela Lei 18.519/2015. A minuta do Plano Estadual será apresentada na próxima reunião do CEPRODEC em agosto/2016.	Política estabelecida	80	Lei n.º 18.519, de 23 de julho de 2015
Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do Licenciamento e da fiscalização Ambiental (IRI-PD)	Número	16	6	11	n.º de municípios descentralizados	123	Lista com 27 municípios autorizados a licenciar. Meta já superada
Fortalecimento do monitoramento e gestão de riscos e desastres e sistema de alerta hidrometeorológico	Texto	Sala de situação AGUASPARANÁ e equipamentos adquiridos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mapeamento de riscos geológicos e hidrológicos da RMC e outras áreas com identificação de riscos (IPML)	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais	4,96	33%	Resolução designando servidores para compor Grupo de Trabalho, publicada.	Cobertura total da área	0	Resolução SEMA 18/2016 publicada no DIOE n.º 9744 PE 05/2016 Protocolo n.º 13.843.795-7

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

ID - Indicador de Desembolso.

ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial.

IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD.

## CONTEXTO

### PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Na Revisão de Meio Termo de abril de 2016, os indicadores do projeto foram reavaliados e algumas alterações foram acordadas, sendo excluídos alguns indicadores e inseridos novos, para melhor se adequar à realidade de execução do Programa.
- A SEMA, coordenadora dos programas, informou que o prazo previsto para a execução da meta relacionada à Implementação do Sistema de Gestão Ambiental Integrada (indicador de Desembolso) está comprometido, e que a contratação depende da prorrogação do Acordo de Empréstimo negociado com Banco, em tramitação junto ao governo federal.
- Quanto ao *status* dos indicadores, é possível relatar que: a) As atividades para a contratação do Sistema de Informação Integrado – SIGARH (que possibilitará a integração de diversos processos do IAP e do AGUASPARANÁ, permitindo aos usuários a requisição de licenças e outorgas pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações) – continuam, conforme plano de trabalho, dependendo da prorrogação do Acordo de Empréstimo para sua contratação, em função de o prazo de execução dos trabalhos exceder a data de encerramento do projeto; b) Infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) – o indicador está sendo cumprido dentro do prazo esperado; c) Número de municípios com um sistema de monitoramento e licenciamento ambiental descentralizado – até junho de 2016, 27 municípios foram autorizados a licenciar (16 licenciados pela SEMA e os restantes pelo CEMA). Houve mudança na estratégia operacional da ação, pois a proposta inicial era a celebração de convênios entre a SEMA e os municípios para formalizar a descentralização dos serviços ambientais aos municípios. Entretanto, esta ação passou a ser de responsabilidade do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), que decidiu autorizar, por meio de resolução, a descentralização dos serviços aos municípios. Existem 27 municípios autorizados a licenciar; d) implantação de um Sistema de Transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e seis estações de monitoramento do ar instaladas e operando. Sete estações já foram adquiridas e estão em fase de implantação. O sistema será implantado até o final do projeto, pois depende das definições a serem estabelecidas ao longo do desenvolvimento do SIGARH; e) ações referentes à modernização da infraestrutura operacional, readequação de *layout*, manutenção e conservação da SEMA, estão em andamento.

### PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- No tocante às atividades de Gestão de Riscos e Desastres, de forma geral, houve um progresso em relação às atividades planejadas. Como ponto positivo destaca-se a liberação do montante global dos recursos orçamentários previstos para a execução da programação de 2016.

- Entre os principais produtos já concluídos destacam-se: a) formalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) e apresentação ao mesmo das diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; b) implantação do sistema de previsão e estimativa de chuva (SIPREC); c) elaboração da Cartografia do Litoral por radar embarcado em aeronave; d) mapeamento e delimitação de áreas urbanas inundáveis na Região Metropolitana de Curitiba e nos municípios de Morretes e Francisco Beltrão; e) elaboração do Inventário Florestal em andamento; f) implantação do sistema inteligente de visualização e armazenamento de dados ambientais; e g) Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (CEGERD) equipado com mobiliário.
- Destacamos a conclusão dos processos de licitação e aquisições para: a) implantação da sala de monitoramento meteorológico; b) adequação do *layout* interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para o funcionamento do CEGERD; c) implantação do comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e de ativos de rede; e d) aquisição de *software* e *hardware* para o CEGERD.
- Os processos de licitação em andamento destinam-se a: a) fortalecimento dos comandos regionais; b) qualificação e capacitação dos Agentes de Defesa Civil; c) sistema local de alerta precoce para a comunidade da floresta; e d) aquisição de radares banda X para Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá para a Gestão de Riscos e Desastres no Estado do Paraná.
- A meta do indicador "Estabelecimento de políticas de gestão de riscos de desastres do Estado", relativo ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, foi protelada, ficando sua aprovação prevista para 2018 e sua implementação para 2019, uma vez que a efetivação do plano estadual depende da publicação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Para 2017 foi incluída no indicador a meta referente às "Diretrizes para a preparação do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil aprovadas pelo CEMA".
- Em relação ao mapeamento de inundações, foi requerida mais agilidade na tramitação dos documentos para a "não objeção do Banco quanto à sua concretização. Este processo de contratação poderá gerar dois outros para a licitação da base cartográfica e a contratação de consultoria para modelagem hidráulico-hidrológica. Os produtos destas duas licitações são interdependentes necessitando, no caso, de um prazo maior para sua execução, o que poderá ser viabilizado pela prorrogação do Acordo de Empréstimo.

## 2.3 EDUCAÇÃO - SETOR 3

Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem enfrenta o problema da "insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos". O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação. O programa Renova Escola objetiva a melhoria do ambiente escolar com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários (tabela 3 e diagramas 5, 6 e 7).

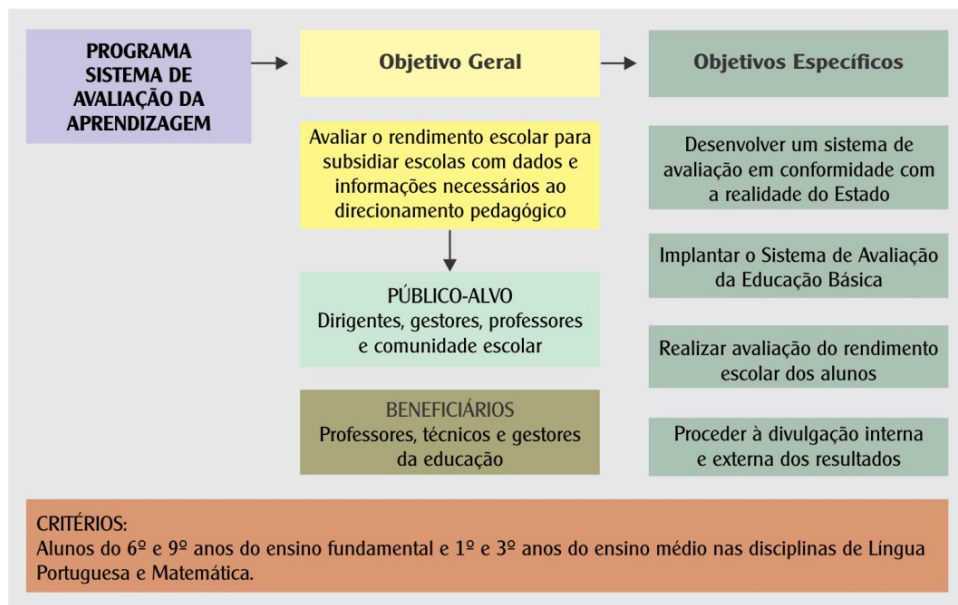
TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total <sup>(1)</sup> (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2015) (B)	Executado no Período (jan./2016 a jun./2016) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (B+C)/A (%)
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	25.325.600	9.738.048	0	15.587.552	61,55
3017 - Formação em Ação	119.860.013	41.472.274	3.084.127	75.303.612	62,83
4094 - Renova Escola	322.045.310	140.567.793	2.895.842	178.581.674	55,45
TOTAL	467.230.923	191.778.116	5.979.969	269.472.838	57,67

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

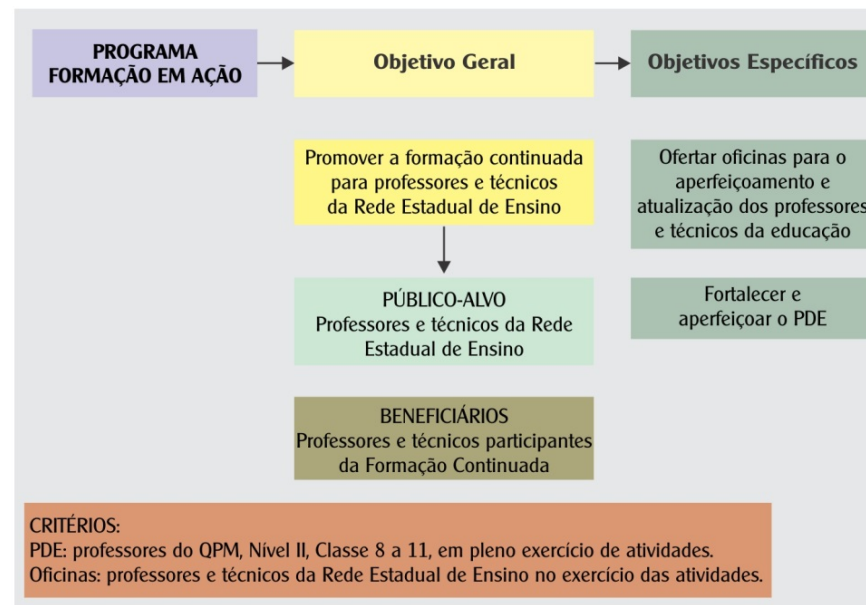
(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

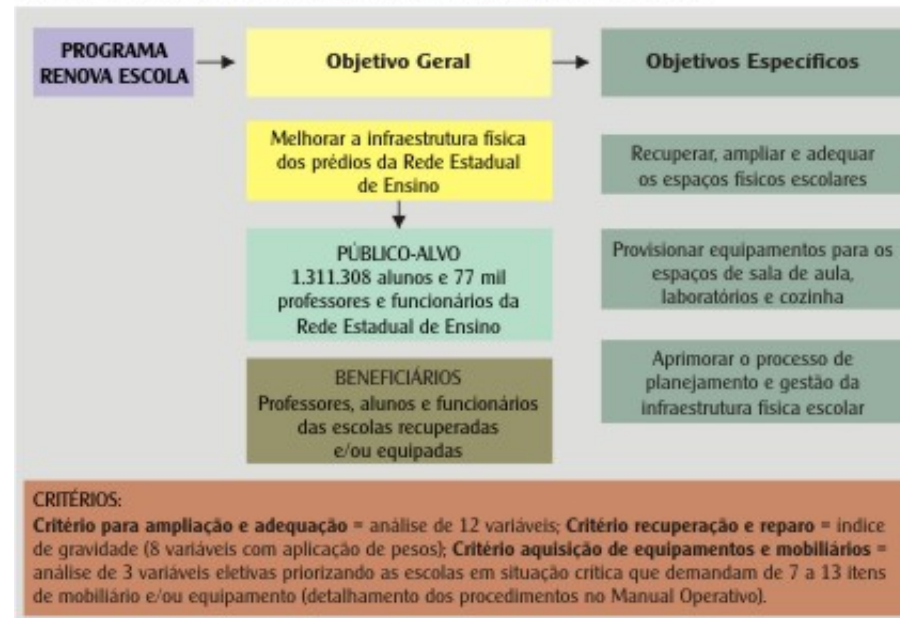
DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012



DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

## ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor Educação, foram definidos três indicadores de produto para o programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Cinco indicadores de produto para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E, para o programa Renova Escola, três indicadores de produto direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores intermediários e três indicadores de desembolso relativos aos programas.

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - MODELO LÓGICO - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 2016

INDICADOR	PGE 5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	1	Não se aplica	1 Sistema	Não se aplica
Avaliação anual de 500 mil alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Número (cumulativo)	683.041	1.000.000	0	Taxa de alunos avaliados	68,3
Resultados das 8 avaliações publicados e divulgados	Número (cumulativo)	Divulgação de resultado de 3 avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados	Quarta avaliação	0	Taxa de resultados publicados e divulgados	75,0
INDICADOR	PGE 6 - PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
5.300 oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos	Número	10.780	5.300	3.428	Taxa de realização de oficinas no 1.º semestre	64,7
	Número	54.111	26.000	26.909	Taxa de participação dos técnicos em oficinas de capacitação no 1.º semestre	103,5
	Número	135.626	60.476	77.606	Taxa de participação dos professores em oficinas de capacitação no 1.º semestre	128,3
2.000 vagas anuais ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico (8 mil professores) para uma formação continuada de 2 anos em articulação com as universidades públicas do Estado - PDE	Número	6.040	6.000	1.877	Taxa de vagas ofertadas no PDE	31,3
7.390 professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE (IPML)	Número	8.131	4.030 cumulativo	Não se aplica	Taxa de professores formados	0
Aplicação de 4.000 propostas didático-pedagógicas do PDE nas escolas	Número	4.226	2.000	Não se aplica	Taxa de provas aplicadas	0
7.600 artigos científicos publicados e 6.920 materiais didático-pedagógicos produzidos	Número	7.847	1730	Não se aplica	Taxa de artigos publicados	0
	Número	5.000	730	Não se aplica	Taxa de materiais produzidos	0
INDICADOR	PGE 7 - PROGRAMA RENOVA ESCOLA					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2015	Previsão 2016	Realizado 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	Não se aplica	Não se aplica	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios	0
Equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	805	200	98	Número de equipamentos adquiridos	49,0
Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas	Número	323	300	18 Obras de reparos descentralizadas	328 Escolas reformadas e/ou ampliadas (323 - 13 retiradas + 18 do semestre = 328)	5,8

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 7 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3 - EDUCAÇÃO - 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO EM 06/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO 01/01/2016 A 30/06/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
Percentual de professores participando de oficinas para troca de experiências <sup>(1)</sup>	Percentual	85	85	89	N.º de professores em oficinas	105	DPTE/CFC 15/08/2019
Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem instalado e operando	Número	Realização de 3 avaliações	Realização da quarta avaliação	Não foi realizado	Avaliação realizada	0	Sem documento comprobatório porque a avaliação não foi realizada. A avaliação só será realizada no 2.º semestre de 2016.
Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas	Número (não cumulativo)	310 <sup>(2)</sup>	300	18 Obras de reparos descentralizadas	18	6,0	SEED/SUDE 21/09/2016
Taxa de sobrevivência do final do ciclo do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	78 (base junho de 2012)	84	84	Taxa de sobrevivência calculada	100	Informações da SEED/SUDE
Melhoria da gestão de infraestrutura física das escolas da SEED/SUDE (IRI-PAD)	Texto	A gestão de infraestrutura física no setor da educação é inadequada	Piloto do Sistema de Monitoramento para infraestruturas físicas (na SEED e NRE em Curitiba)	Implementação do Piloto de Reparos Descentralizados em 02 (dois) Núcleos Regionais de Educação.	Não se aplica	Não se aplica	SEED/SUDE 21/09/2016. Ver o número que deve ser avaliado.
Fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores	Texto	Consultoria para avaliação de Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) contratada	Relatório da Primeira Dimensão do PDE	Minuta do Termo de Referência e Memória de Cálculo	DPTE/CAA - 26/07/2016	Minuta do Termo de Referência e Memória de Cálculo	DPTE/CAA
Número de professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Número	13.972	4.030 cumulativo	Não se aplica	Taxa de professores formados	0	

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

IPML - Indicador de Produto Modelo Lógico

ID - Indicador de Desembolso (ou DLI)

ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário (PAD)

(1) Protocolo de verificação acordado com o Banco: Para os desembolsos realizados em fevereiro a verificação considerará a média do número de professores que participaram das oficinas no semestre anterior e no semestre de referência do relatório e a média do número de professores em exercício inscritos na folha de pagamento nos meses em que foram realizadas as oficinas.

(2) A meta de 328 Escolas reformadas e/ou ampliadas originou-se do seguinte cálculo (323 até dezembro de 2015 - 13 retiradas em função da auditoria do TCE + 18 obras executadas no primeiro semestre de 2016 = total 328 obras).

## CONTEXTO

### PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Para estruturar e operacionalizar o sistema de avaliação, a SEED contratou assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais, que desenvolveu e aplicou três avaliações, porém, o contrato foi rescindido pela SEED. No ano de 2015 e no primeiro semestre de 2016 não foi aplicada avaliação em função de restrições orçamentárias e greve dos professores.
- Na Revisão de Meio Termo de abril de 2016, a programação das atividades de avaliação foi rediscutida e acordada a proposta de:
  - a) uma avaliação para o final de 2016 e duas avaliações em 2017;
  - b) inclusão de avaliação para alunos da EJA;
  - c) Introdução e provas de língua materna para os alunos do 6º ano do EF das escolas indígenas (guarani e kaingang);
  - d) substituição do questionário sociocontextual por avaliação institucional nas três instâncias da SEED (escola, NRE e sedes da SEED) a partir de 2017.
- Com base na prorrogação do contrato do Projeto Multissetorial, discutiu-se com o especialista do setor do Banco Mundial a ampliação do número de avaliações com: a) uma avaliação para o 9º ano do EF e 3º ano do EM no 2º semestre de 2016; b) uma avaliação para o 6º ano do EF e 1º ano do EM no 1º semestre de 2017; c) uma avaliação para o 9º ano do EF e 3º ano do EM no 2º semestre de 2017; e d) uma última para o 6º ano do EF e 1º ano do EM no 1º semestre de 2018.
- Discutiu-se ainda que a disseminação dos resultados ocorreria nos semestres subsequentes à realização das avaliações.
- O processo de licitação para a contratação de empresa, condição para a realização da avaliação, obteve a não objeção do Banco Mundial, e o edital de licitação encontra-se em análise junto à Procuradoria Geral do Estado.

### PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- Os dados das oficinas do Programa Formação em Ação indicam a superação da meta prevista para 2016, com a realização de 3.428 oficinas no 1º semestre, o que resultou na capacitação de 26.909 técnicos e 77.606 professores.
- Foram abertas 2.000 novas vagas para a Turma PDE 2016. Entretanto, o número de vagas ocupadas foi de 1.877, uma vez que 123 professores classificados solicitaram o reconhecimento da titulação *stricto sensu*, o que resulta em equivalência com o PDE.

- A meta relacionada ao indicador de Desembolso foi superada com mais de 85% de professores participando de oficinas para a troca de experiências.
- A SEED revisou com Banco o protocolo do indicador de desembolso de fevereiro para considerar a média do número de professores que participaram das oficinas no semestre anterior e no semestre de referência do relatório, e a média do número de professores em exercício inscritos na folha de pagamento nos meses em que foram realizadas as oficinas.
- Para o fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores, foi encaminhada à Secretaria de Planejamento, em 11 de julho de 2016, a última versão da minuta do Termo de Referência e previsão de custos para avaliação da primeira dimensão do PDE, após adequações feitas no documento em atendimento a sugestões dos técnicos da UGP/SEPL.

#### PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- O ritmo de execução de obras de reforma e ampliação foi reduzido. No semestre foram realizadas 18 obras e os esforços se concentraram no planejamento e revisão de procedimentos internos. Todavia, esta situação pouco compromete o cumprimento da meta em virtude da superação das mesmas em semestres anteriores.
- A comissão de sindicância ainda não concluiu o trabalho para o levantamento das irregularidades apontadas nas obras do Renova Escola, conforme apontou o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado no Exercício 2014.
- Destacamos que em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Banco Mundial de março a junho de 2016 foi realizado um intenso trabalho com:
  - a) aferição e ratificação dos serviços e medições de 81 obras concluídas, sendo 33 ampliações e/ou adequações e 48 reparos contratados de forma centralizada e executados por meio do Renova Escola constantes da prestação de contas do exercício de 2013 e 2014;
  - b) foi acordado com o banco que as obras com desvio menor que 5%, caso não tenham situações de impacto estruturante, serão aceitas pelo Banco como elegíveis; foi realizado o levantamento das obras e o resultado apontou para o seguinte: a) das 33 obras de ampliação, 8 foram consideradas não elegíveis; b) das 48 obras de reparos, 5 foram consideradas não elegíveis.
- Destaque-se que, nas 13 obras consideradas não elegíveis, os valores de duas obras de ampliação (do C.E. Prof<sup>ª</sup> Dirce C. do Amaral e do C.E. João Wiliski) foram deduzidos do quarto desembolso do projeto, conforme recomendação do relatório de auditoria do TCE.
- O resultado do levantamento descrito no item b resultou nas definições da UGP, e ciência da SEED, de que os pagamentos realizados para as outras 11 obras que apresentaram divergência, consideradas não elegíveis, foram identificadas nos quatro primeiros desembolsos e deverão ser abatidas da próxima prestação de contas do projeto (6º desembolso – segundo semestre de 2016).

- Em função da não conformidade de 13 obras, estas foram retiradas do indicador "Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas" até aqui alcançadas, no relatório deste semestre. Para efeitos deste relatório, considerou-se que a meta de 328 escolas reformadas e/ou ampliadas originou-se do seguinte cálculo: 323 até dezembro de 2015 – 13 retiradas em função da auditoria do levantamento da SEED e do TCE + 18 obras executadas no primeiro semestre de 2016 = 328 obras até primeiro semestre de 2016.
- A SEED pretende concluir em 2017 o levantamento da elegibilidade e regularidade de mais 19 obras que estavam em andamento em 2014, conforme acordado com o Banco Mundial na missão de 21 e 22 de abril de 2016.
- Em relação à meta para a melhoria das condições físicas das escolas, 98 estabelecimentos receberam equipamentos e mobiliários adquiridos.

## 2.4 SAÚDE - SETOR 4

No contexto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como da mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) – tabela 4, diagramas 8 e 9.

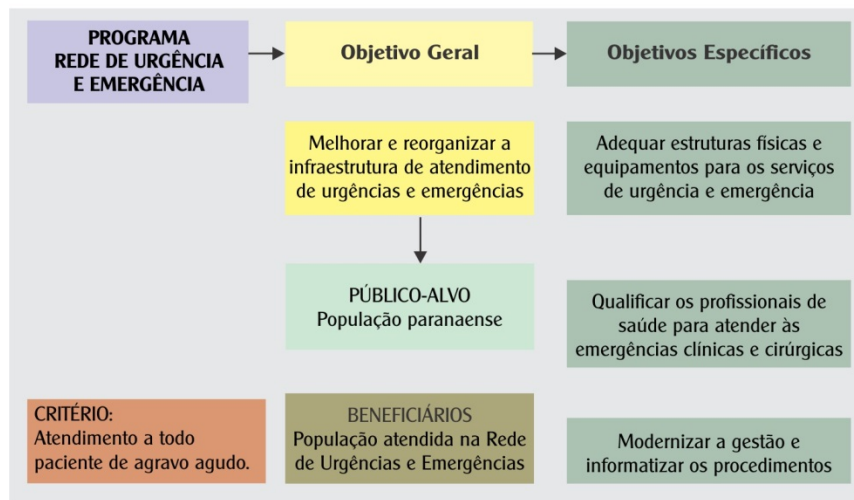
TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO 2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total <sup>(1)</sup> (A)	Executado Acumulado Período 12/12/2012 a 31/12/2015 (B)	Executado Período jan./2016 a jun./2016 (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Executar (%) (B+C)/A
4161 - Rede de Urgência e Emergência	909.326.420	445.885.925	178.811.935	284.628.560	31,30
4162 - Rede Mãe Paranaense	388.058.055	340.712.707	146.471.259	-99.125.911	-25,54
TOTAL	1.297.384.475	786.598.632	325.283.195	185.502.648	14,30

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial.

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

## ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor de saúde são 19 indicadores de produto monitorados. Os indicadores de produto para o programa Rede de Urgência e Emergência buscam a ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes. O Programa Rede Mãe Paranaense, com nove destes indicadores, pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9 constam dois indicadores de desembolso e três de desenvolvimento dos programas da Saúde.

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃO PARANAENSE - MODELO LÓGICO - SETOR 4, SAÚDE - 2016

PRODUTO	PGE 8 - PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2015	Meta 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	Desempenho	
					Indicador	%
Percentual de aumento do número de leitos de UTI habilitados no Estado do Paraná (IRI-PAD)	Percentual	40,88	43,26	43,95	Taxa de leitos de UTI	101,60
Complexo regulador do SUS implantado, com sistema operacional de regulação (IPML)	Texto	4	Não se aplica	Não se aplica	Meta superada em 2014	
Atualização de protocolo assistencial (IPML)	Texto	24	24	Não se aplica	Meta superada no período retroativo	
Incentivo financeiro implantado em 320 hospitais	Número	22	320	210	Hospitais com incentivo implantado	65,6
Incentivo financeiro implantado em 12 SAMUs Regionais	Número	12	12	12	SAMUs com incentivo implantado	100
2 mil alunos capacitados em cursos de 12 a 60h (IPML)	Número	5.625 alunos capacitados	290	902	Taxa de alunos capacitados	311
80% dos hospitais com dirigentes capacitados em cursos de especialização e capacitação gerencial (20 hospitais) (IPML)	Percentual	85	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de capacitação de gestão dos hospitais	Não se aplica
Percentual de população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência	Percentual	43,83 (Base 2010)	90	80	Taxa de população com acesso a RUE	89
Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas exceto violência (1% ao ano a partir de 2014)	Percentual	47,90 (Base 2014)	-2	Não se aplica	Avaliação anual	Não se aplica
Taxa de mortalidade para doenças cardiovasculares por faixa etária (0,5% ao ano a partir de 2014)	Percentual	75,52 (Base 2014)	-1	Não se aplica	Avaliação anual	Não se aplica
PRODUTO	PGE 9 - PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE					
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2015	Meta 2016	Realizado de 01/01/2016 a 30/06/2016	DESEMPENHO	
					Indicador	%
Aplicação do Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios	Texto	O fator de redução das desigualdades tem sido usado para alocação dos recursos aos municípios, conforme resolução SESA	Não se aplica	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Municípios priorizados	100
180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	105	43	53	Taxa de construção, reforma e/ou ampliação de UBS	123
180 UBS equipadas para atendimento (média de 60 por ano)	Número	293	50	172	Taxa de UBS equipadas	344
391 municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS	Número	391	391	391	Taxa de municípios atendidos com incentivo financeiro	100
30 mil profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	42.505	1.500	1.919	Taxa de qualificação profissional	128
127.830 gestantes e 127.830 crianças com carteira nas UBS	Percentual	113,50	85	74,2	Taxa de gestantes com carteiras nas UBS	87,3
		110,00	85	79,2	Taxa de crianças com carteiras nas UBS	93,2
128.102 gestantes com classificação de risco registrada no SISPRENATAL	Percentual	62,40	70	104,7	Taxa de gestantes com classificação de riscos	150
Percentual de gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto	Percentual	61,3	70	53,2	Taxa de gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas	76,0

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012



QUADRO 9 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4 - SAÚDE - 2016

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2015	META ANUAL 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 06/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2016 A 30/06/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Percentual de gestantes com alto risco de complicações no parto identificadas e que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde. (ID, IRI-PAD)	Percentual	88,15	80,00	Não se aplica	171,80	215	Relatório comparando os dados dos dois sistemas: Sistema de Informações de Pré-Natal (SIS-PRENATAL) e Sistema de Informação Hospitalar
Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de 7 consultas de pré-natal. (ID, IRI-PAD)	Percentual	80,80	80,00	Não se aplica	100,00	125	Dados do Sistema SIS-PRENATAL
RMM - Redução da Taxa de mortalidade materna (número de mortes por 100 mil nascidos vivos). (ID-S)	Percentual	65,11 (2010)	37,00	Não se aplica	39,20	39,80	Relatório da equipe executora do programa elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade Materna
Redução da taxa de mortalidade em lactantes.	Percentual	12,17 (Base 2013)	12,55	Não se aplica	10,55	13,31	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA-SVS-CEPI-DVIEP
Taxa de mortalidade por causas externas exceto violência (redução de 1% ao ano a partir de 2014)	Percentual	47,90 (Base 2014)	-2%	Não se aplica	Não se aplica		Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

IPML - Indicador de Produto Modelo Lógico

ID - Indicador de Desembolso

ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

## CONTEXTO

### PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- A Revisão de Meio Termo do Banco Mundial, realizada em abril de 2016, não apontou mudanças significativas nas ações do Programa; a mais significativa foi a alteração da ação de ampliação da infraestrutura de atendimento médico, com a exclusão da meta de construção de oito helipontos nos hospitais de referência. Avaliou-se a viabilidade de sua implementação no período de vigência do projeto.
- Outra alteração foi a supressão da implantação de 40 salas cirúrgicas e equipamentos de SADT, permanecendo o percentual de aumento do número de leitos de UTI habilitados. Esta meta já foi atingida, bem como a do complexo regulador do SUS implantado e a atualização do protocolo assistencial.
- Para melhor representar os esforços do trabalho realizado com a implantação da Rede de Urgência e Emergência, acordou-se a inclusão de três indicadores: a) um indicador de PDO: "Taxa de mortalidade por causas externas, exceto violência" para a Rede de Urgência e Emergência; b) outro de acompanhamento do projeto para a Rede de Urgência e Emergência, a "Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares por faixa etária"; e c) inclusão de "Percentual da população com acesso à Regulação Médica de Urgência e Emergência". Esses novos indicadores avaliam resultados anuais, não sendo possível avaliá-los no primeiro semestre de cada ano.
- O ajuste de metas negociadas na Revisão de Meio Termo não compromete o alcance dos objetivos do programa, uma vez que com recursos próprios o Estado atenderá as demandas em conformidade com a disponibilidade orçamentária.
- É importante frisar que o heliponto do Hospital Cajuru está em obras e que sua execução está sendo realizada pelo próprio hospital. Ainda não há previsão de conclusão da obra.
- O contrato do transporte aéreo médico foi prorrogado, com nova vigência até 19 de dezembro de 2016, e previsão orçamentária no exercício de 2016.
- O incentivo financeiro em hospitais foi ampliado para atender 320 hospitais<sup>1</sup> e cumpriu a meta em 65,6% no primeiro semestre de 2016. Isso se deve à inclusão dos hospitais cujo incentivo era viabilizado por convênio. A partir da nova legislação, a figura do convênio foi extinta, transformando a relação com todos os serviços em Contrato ou repasse Fundo a Fundo. Houve, portanto, uma ampliação significativa no número de hospitais integrados à Rede de Urgência e Emergência.

---

<sup>1</sup> Ver informações no MOP, 2016, p.36.

## PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- A Rede de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense) não sofreu descontinuidade em seu processo de implementação e continuou apresentando resultados importantes para o sistema de saúde estadual. Ajustes e alterações nas metas dos indicadores foram necessários na missão de Revisão de Meio Termo para se adequar ao novo calendário do projeto que prevê o encerramento para 2018.
- O indicador de Redução da Razão de (RMM) foi mantido como de Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO)<sup>2</sup>. Essa decisão se deve ao fato de que a RMM é um indicador de qualidade de saúde, influenciado diretamente pelo grau de desenvolvimento econômico-tecnológico e de organização do sistema de saúde. O aumento na mortalidade materna normalmente é associado à falta de qualidade de serviços de assistência à gestação, parto e puerpério.
- Para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde, a SESA tem repassado recursos a 391 municípios paranaenses, seja por meio de convênio ou de repasse fundo a fundo, para apoiar a construção, reforma ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Acompanhamento detalhado sobre o andamento de cada uma das obras está em curso pela SESA, em conjunto com a SEPL/UGP e a Paraná Edificações.
- As metas de construção, reforma e/ou ampliação das UBS, além do provimento de equipamentos para atendimento, foram superadas.
- Dois indicadores vinculados ao desembolso (Percentual de gestantes com alto risco de complicações no parto identificadas que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense nas unidades básicas de saúde, e Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de sete consultas pré-natal) não necessitaram de revisão, porém suas metas foram redefinidas para contemplar o ano de 2018.
- O coeficiente de mortalidade materna em 2010 foi de 65,11/100.000 NV. Com os esforços e as ações do Programa Rede Mãe Paranaense, o Paraná chegou a 49,8/100.000 NV, em 2015, e 39,2/100.000 NV no 1º semestre de 2016. Outro indicador importante, agregado ao quadro de indicadores, é o de redução da taxa de mortalidade em lactantes, que passou de 12,17/100.000 NV em 2013 para 10,55/100.000 NV no 1º semestre de 2016.

---

<sup>2</sup> Informações da Ajuda Memória da Revisão de Meio Termo de abril de 2016 do Setor Saúde.

## INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE "ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ"

Para o Componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do Componente 1. Constitui o setor 5 do projeto, denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3039 (alterada na LOA de 2016 de nº 3016 para nº 3039) da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o Componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2016

COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - GESTÃO DO PODER PÚBLICO		
INICIATIVA PPA N.º	AÇÕES	EXECUTOR
Administração Geral do Estado - AGE- 3039	Qualidade fiscal	SEPL, SEFA
	Modernização Institucional	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE
	Gestão mais eficiente dos recursos humanos	SEPL e SEAP
	Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental	SEPL e SEAB
	Apoio à modernização do licenciamento ambiental	SEPL, SEMA, IAP, AGUASPARANÁ, ITCG
	Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL
	Educação	SEPL e SEED
	Saúde	SEPL e SESA

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto

## EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para implementar as 17 ações previstas, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, na condição de responsável por esse componente, em cooperação com os diversos executores, no período pós-assinatura do contrato, concentrou esforços técnicos e institucionais no trabalho de elaboração das especificações e documentos relativos às aquisições dos objetos programados para serem contratados. No quadro 11 estão relacionadas as ações do Componente 2 – Assistência Técnica, com valor estimado e/ou contratado, tipo de aquisição e status do processo de seleção e/ou aquisição. O valor total comprometido com estas 17 ações no Componente 2 corresponde a R\$ 111.538.493,76 que, considerando a Taxa de Câmbio de Compra do Banco Central do Brasil (Cotação 21/09/2016 - R\$/US\$ = 3,2402), compromete totalmente os recursos previstos no Acordo de Empréstimo para o mesmo.

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - SETEMBRO DE 2016

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ					
Sector 5 - Gestão do Setor Público	Executor	Objeto	Valor Estimado ou Contratado (R\$)	Tipo	Status
Qualidade Fiscal (Subcomponente 2.1)	SEPL/SEFA	Sistema de Gestão Tributária - SGT	49.400.000,00	LPI	Em licitação - abertura de propostas 17 de outubro de 2016
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/CGE	Seleção de consultoria, desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada, para os Sistemas de Controle Interno, Sistema de Ouvidoria, Sistema de Corregedoria e Sistema de Transparência e Acesso a Informação	5.670.000,00	Seleção de Consultoria	Em fase de negociação de Contrato
	SEPL	Aquisição de equipamentos de informática (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SEMA)	3.385.259,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Ata de registro de preços assinada em 19/05/2016
	SEPL	Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP e IPARDES)	578.500,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Processo em fase de licitação
	SEPL	Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (SEAP e IPARDES)	147.930,93	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	Processo em fase de licitação
	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para estudo de modelo ideal para composição e dimensionamento da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná.	1.377.423,45	Seleção de Consultoria	Elaboração de relatório de lista curta
	SEPL/SEAP	Serviços de atualização do cadastro imobiliário do Estado do Paraná.	14.499.865,00	Contratação de Serviços	Contrato assinado em 16/03/2016
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/IPARDES	Contratação de Consultoria Individual para Assessoramento Técnico para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na execução da Avaliação de Impacto da Ação de Regularização Fundiária.	100.000,00	Consultor Individual	TdR em aprovado pelo BIRD
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/SEPL	Seleção de consultoria para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná	3.504.902,77	Seleção de Consultoria	Elaboração de relatório de proposta técnica
	SEPL/SEPL	Seleção de consultoria para elaboração dos Planos Setoriais de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Londrina: Eixo Apucarana – Cornélio Procopio	3.584.326,79	Seleção de Consultoria	Aguardando parecer jurídico, dotação orçamentária e autorização para envio da SDP
Gestão Mais Eficiente dos Recursos Humanos (Subcomponente 2.3)	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para capacitação estratégia dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância	4.899.999,96	Seleção de Consultoria	Contrato assinado em 29/02/2016
		Seleção de consultoria para elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná	3.932.607,05	Seleção de Consultoria	Fase solicitação de manifestação de interesse
		Seleção de consultoria especializada para desenho de modelos de sistemas de saúde complementar, para os servidores públicos do Estado do Paraná - SAS	1.639.375,92	Seleção de Consultoria	Elaboração de relatório de lista curta
Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (Subcomponente 2.4)	SEPL/SEAB	Ações foram alocadas no Componente 1	-		
Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria para desenvolvimento do sistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos (SIGARH), composto pelo subsistema de cadastro de recursos hídricos (CRH), subsistema de monitoramento de recursos hídricos (SMRH) e subsistema de gestão de bacias hidrográficas (SGBH)	8.900.000,00	Seleção de Consultoria	Elaboração de relatório de proposta técnica
	SEPL/SEMA	Seleção de empresa especializada para implantar a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA)	3.800.000,00	Seleção de Consultoria	Aguardando parecer jurídico, dotação orçamentária e autorização para envio da SDP
Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria em engenharia especializada em cartografia e sensoriamento remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra	3.567.310,10	Seleção de Consultoria	Aguardando parecer jurídico, dotação orçamentária e autorização para envio da SDP
Educação (Subcomponente 2.7)	SEPL/SEED	Contratação de empresa para avaliar o programa de desenvolvimento educacional (PDE)	2.550.992,79	Seleção de Consultoria	TdR aprovado - solicitação de manifestação de interesse
Saúde (Subcomponente 2.8)	SEPL/SESA	Ações foram alocadas no Componente 1	-		
TOTAL	R\$/US\$(1)	R\$ 111.538.493,76	US\$ 34.423.336,14		

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP/SEPL

(1) Taxa de Compra Banco Central do Brasil - Cotação 21/09/2016 - 3,2402.

No relatório do semestre anterior (dezembro 2015) foi relatado que estavam em andamento 30 ações alocadas no Componente 2 - Assistência Técnica. Porém, em função do comprometimento dos recursos disponíveis, as mesmas foram priorizadas conforme orientação da Ajuda Memória da Missão do BIRD de abril de 2016, resultando no compromisso de execução pelo Componente 2 de 17 ações relacionadas no quadro 11 (ações já contratadas, programadas e já aprovadas pelo Banco). As demais ações relacionadas no relatório anterior e não contempladas na priorização foram transferidas e serão executadas com recursos do Componente 1, ou seja, com recursos dos Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) envolvidos.

#### ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do setor 5 - Gestão do Setor Público, relacionados a: qualidade fiscal, modernização institucional e gestão estratégica e eficiente dos recursos humanos, que contempla metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do "novo jeito de governar". Neste componente, o foco são os resultados da melhoria da gestão pública em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2016

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2015	META ANUAL 2016	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 30/06/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2016 A 30/06/2016		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					Abs.	%	
Melhorar as competências essenciais dos servidores civis - Indicador de Desembolso	Texto	Contratação de serviços de consultoria para formação estratégica de funcionários.	Plano de Desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia	Plano de Desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia.	1	100,00	Desembolso 6: Plano de Desenvolvimento de Competências. Desembolso 7: Número de servidores civis treinados, apresentados por gênero. Desembolso 8: Número de servidores treinados, apresentados por gênero, não acumulado com as metas do período anterior.
Fortalecimento do Controle Interno - Indicador de Desembolso	Texto	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Estamos em fase de lançamento da Manifestação de Interesse para formação da lista curta.	Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratada.	Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratada	1	100,00	Desembolso 6: Consultoria contratada. Desembolso 7: Relatório de Avaliação. Desembolso 8: Plano Estratégico. Desembolso 9: Sistema de Informação implantado.
Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada - Indicador de Desembolso	Texto	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados (Total de 9 cadernos). Proposta de avaliação de impacto para a Ação de Regularização Fundiária do Pró-Rural e proposta de avaliação de impacto do Programa Rede Mãe Paranaense elaboradas.					
Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada - Indicador de Desembolso	Texto	Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógico para todos os PGEs. Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógico para todos os PGEs.	Não se aplica	Não se aplica	0	0,00	Desembolso 5: Relatórios de alcance dos indicadores de resultado. Desembolso 6: Relatório de progresso. Desembolso 7: Relatório com recomendações.
Revisão dos processos de gestão fiscal - Indicador de Desembolso	Texto	A SEFA desenvolveu e apresentou uma proposta englobando parte dos objetos dos TORs relativos à coleta de ITCMD e IPVA e encaminhou ao Banco obtendo não objeção técnica. Foi realizada a revisão dos processos de cobrança de impostos internamente pela SEFA.	Não se aplica	Proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos	0	0,00	Desembolso 4: Relatório de Progresso. Desembolso 5: Plano de Ação. Desembolso 6: Relatório de Progresso do Plano de Ação. Desembolso 7: Relatório de Progresso de Plano do Ação.
Receita de impostos em atraso recebidos em relação ao total de impostos em atraso	Percentual	3,22	Não se aplica	Não se aplica	2,22	177	O percentual de receita recebida de impostos em atraso em relação ao total de impostos em atraso é calculado usando dados do balanço anual do Estado. O numerador é a soma da "Dívida Ativa Tributária" e "Dívida Não Tributária" e o denominador é o "Estoque da Dívida Ativa".
Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional	Texto	Não se aplica	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção.	1	100,00	Documento contendo a Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e as áreas prioritárias para intervenção elaborado pela SEAP.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada

■ ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário (PAD)

■ ID - Indicador de Desembolso



O acompanhamento financeiro obedece a estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) corresponde às ações do Componente 1, com condicionantes de desempenho para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de Assistência Técnica do Componente 2, financiado 100% pelo Banco Mundial.

As regras que deverão ser utilizadas para este desembolso foram discutidas com o Banco Mundial, SEAIN, STN e PGFN. A oficialização das mesmas, por meio da reformulação do Acordo de Empréstimo e da Carta de Desembolso, iniciada no primeiro semestre de 2016 por ocasião da Revisão de Meio Termo, deverá ser concluída até o final do ano.

#### COMPONENTE 1 - PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

##### **Período: 1º de janeiro a 30 de junho de 2016**

O período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016 refere-se à prestação de contas para a comprovação dos critérios relativos ao sexto desembolso do projeto e consolida a execução financeira. A demonstração financeira dessa prestação de contas segue as regras do Acordo de Empréstimo vigente.

O Estado nesse semestre iniciou tratativas e encaminhou solicitação, já discutida e acordada com o Banco Mundial, ao governo federal (COFIEX, STN e PGFN) solicitando uma segunda alteração contratual baseada na Revisão de Meio Termo do Projeto, envolvendo: prorrogação da data de encerramento do projeto, reescalonamento dos desembolsos e adequação do orçamento dos Programas de Gastos Elegíveis e dos indicadores de desembolso.

No primeiro semestre de 2016, os pagamentos registrados nos PGEs totalizaram cerca de R\$ 336,71 milhões, equivalente a aproximadamente US\$ 93,26 milhões. Os programas afetos à Secretaria da Saúde contribuíram com mais de 96,60% do desempenho financeiro do período (tabela 5).

TABELA 5 - DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2016

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS REALIZADAS (R\$)						
	Previsto Total <sup>(1)</sup> (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado (US\$) Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (C)	Executado no Período (jan./2016 a jun./2016) <sup>(2)</sup> (D)	Executado no Período (US\$) (jan./2015 a jun./2015) <sup>(2)</sup> (E)	Saldo Total A-(B+D)	Falta Executar (B+D)/A (%)
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico e Territorial - Pró-Rural	193.554.340	12.565.542	4.873.316	429.484	122.715	180.559.314	93,29
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	121.819.981	43.806.697	18.695.358	2.360.684	675.582	75.652.600	62,10
Subtotal	315.374.321	56.372.239	23.568.674	2.790.168	798.297	256.211.914	81,24
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	40.079.869	5.865.561	2.469.087	1.835.000	524.860	32.379.308	80,79
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	65.183.879	7.352.126	3.160.144	825.262	232.872	57.006.491	87,45
Subtotal	105.263.748	13.217.687	5.629.231	2.660.262	757.732	89.385.799	84,92
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	25.325.600	9.738.048	4.348.673	0	0	15.587.552	61,55
3017 - Formação em Ação	119.860.013	41.472.274	15.716.688	3.084.127	832.021	75.303.612	62,83
4094 - Renova Escola	322.045.310	140.567.793	62.065.052	2.895.842	761.730	178.581.675	55,45
Subtotal	467.230.923	191.778.115	82.130.413	5.979.969	1.593.751	269.472.839	57,67
4161 - Rede de Urgência e Emergência	909.326.420	445.885.925	168.206.421	178.811.935	49.866.150	284.628.560	31,30
4162 - Rede Mãe Paranaense	388.058.055	340.712.707	120.251.918	146.471.259	40.243.186	-99.125.911	-25,54
Subtotal	1.297.384.475	786.598.632	288.458.339	325.283.194	90.109.337	185.502.649	14,30
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.185.253.467</b>	<b>1.047.966.673</b>	<b>399.786.657</b>	<b>336.713.593</b>	<b>93.259.116</b>	<b>800.573.201</b>	<b>36,64</b>

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) e Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos (SIGMA)

(1) Conforme 2.º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial (em tramitação junto ao governo federal).

(2) Total de valores pagos correspondente ao período 01/01/2016 a 30/06/2016.

Do total despendido (despesas realizadas), foi considerado como valor elegível pago (financiável), no período em análise, US\$ 46,78 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor na tabela 6.

TABELA 6 - DESPESAS CONSIDERADAS ELEGÍVEIS NO PERÍODO DE 1.º DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2016

N.º	PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS	EXECUTOR	PPA	Valor Pago US\$	Financiável US\$
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável					
PGE1	Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	SEAB	3028	0,00	0,00
		EMATER	3033	98.179,67	98.179,67
		SEMA/ITCG	3034	24.534,89	24.095,86
PGE2	Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	3027	563.694,11	563.694,11
		EMATER	3029	88.224,07	88.224,07
		AGUASPARANÁ	3037	23.663,97	0,00
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
PGE3	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	3045	0,00	0,00
		IAP	3035	524.860,44	524.860,44
		AGUASPARANÁ	3046	0,00	0,00
PGE4	Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	IAP	3044	0,00	0,00
		SEMA	3043	194.596,38	194.596,38
		AGUASPARANÁ	3036	38.275,51	38.275,51
PGE5	Sistema de Avaliação da Aprendizagem	DEFESA CIVIL	3008	0,00	0,00
		SEED	3018	0,00	0,00
		SEED	3017	832.020,50	420.154,57
PGE6	Formação em Ação	SEED	4094	761.730,32	599.179,19
PGE7	Renova Escola	SEED			
Setor 4 - Saúde					
PGE8	Rede de Urgência e Emergência	SESA	4161	49.866.150,49	15.061.972,67
PGE9	Rede Mãe Paranaense	SESA	4162	40.243.186,04	29.166.040,23
TOTAL <sup>(1)</sup>				93.259.116,39	46.779.272,70

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SAIF e Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos - SIGMA

(1) Total de valores pagos correspondente ao período 01/01/2016 a 30/06/2016.

O valor máximo para o sexto desembolso (considerando a proposta em tramitação junto ao governo federal) é de US\$ 19 milhões, o qual tem como requisitos, de acordo com a Carta de Desembolso: a) apresentação de despesas financiáveis de igual valor; b) cumprimento de seis Indicadores de Desembolso.

Para este desembolso, o montante será calculado de acordo com a seguinte fórmula:  $x/y$  multiplicado pelo montante de despesas financiáveis, no qual "x" é o número de DLIs atingidos e "y" é o número total de DLIs com metas previstas no período.

Dentro desse contexto, o montante considerado como valor financiável pago, no período, foi de US\$ 46,78 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor na tabela 6.

Desse valor, em função de a reformulação do Acordo de Empréstimo ainda encontrar-se em tramitação junto ao governo federal, o Estado optou neste momento por apenas solicitar o desembolso dos valores pendentes de comprovação de gastos elegíveis, num montante de US\$ 20.947.271,00. Dessa forma, ficará para um segundo momento, após assinatura do segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo N<sup>o</sup> 8201 BR, a solicitação do desembolso da sexta parcela da nova proposta em tramitação, que é de US\$ 19.179.901,00.

Para o período de referência do sexto desembolso, verifica-se que, dos seis indicadores analisados, dois não atingiram as metas preconizadas, o que resultou num coeficiente de ID de 0,667 (quadro 13). No entanto, até a data da elaboração do pedido de desembolso, esses dois indicadores poderão ser atingidos e o coeficiente de ID poderá ser alterado.

QUADRO 13 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial Relatório de Despesas dos Programas de Gastos Elegíveis Apuração dos Indicadores de Desembolso								
							Data	17/11/2016
							Projeto No	126.343
							Empréstimo No	8201-BR
							Categoria No	1
							Desembolso N.º	6
Indicadores aferidos até a data de 30/11/2016								
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável								
N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 6			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
1	Número de Propostas de Negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo)	Número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores aprovadas em seleção pública e com convênios assinados para o repasse de recursos.	Unidade	15	0	-15	SEAB	Das dezoito (18) associações com projetos aprovados por meio do processo de chamada pública, 1 (uma) ainda não apresentou os documentos exigidos. O Convênio de repasse dos recursos para estas 17 Associações deverá ser assinado em novembro de 2016.
2	Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)	Número de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade.	Unidade	170	170	0	SEAB	Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia.
Total de ID analisado do Setor 1						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 1						1		

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 6			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
4	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Defesa Civil e Comitê de Proteção legalmente estabelecido	Texto	1	1	0	SEMA e SEPDEC	<p>a) Decreto Estadual 9.557 de 06 de dezembro de 2013 - Publicado no Diário Oficial n.º 9.101 de 06 de dezembro de 2013 - Institui o Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC.</p> <p>b) Com a publicação do Decreto Estadual, todo o Sistema Estadual foi atualizado criando o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPRODEC</p> <p>c) Em 2014 foi criada a câmara técnica do CEPRODEC composta por 27 membros, com igual número de suplentes (Resolução 20 de 19 de agosto de 2014 - Publicado no Diário Oficial n.º 9.272 de 19 de agosto de 2014).</p>
Total de ID analisado do Setor 2						1		
Total de ID atendidos pelo Setor 2						1		

Setor 3 - Educação

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 6			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
7	Escolas reformadas e/ou ampliadas (cumulativo)	Reforma e/ou ampliação: trabalhos concluídos com o certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas.	Unidade	300	328	28	SEED	<p>Relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional; o município; a modalidade de ensino ofertada; o número de alunos matriculados.</p> <p>Foram retiradas, do executado até 31 de dezembro de 2015, 13 obras, em função do processo de auditoria conduzido pela SEED que identificou divergências entre o executado e o pago superior a 5%.</p>
Total de ID analisado do Setor 3						1		
Total de ID atendidos pelo Setor 3						1		

## Setor 5 - Gestão do Setor Público

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 6			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
10	Melhorar as competências essenciais dos funcionários públicos	Preparação de plano de desenvolvimento de competências incluindo cronograma, atividades e metodologia.	Texto	1	1	0	SEAP	Contrato nº 01/2016 assinado em 29/02/2016. Plano de Desenvolvimento de Competências recebido como Produto 1 e 2 em 31/05/2016 e 14/07/2016 devidamente atestados pela SEAP.
11	Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno	Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratado.	Texto	1	0	-1	CGE	Contrato não foi assinado.
Total de ID analisado do Setor 5						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 5						1		

Aferição do Desembolso N.º 6	
N.º de ID atendidos (Numerador)	4
N.º total de ID dos setores analisados (Denominador)	6
Coefficiente de ID	0,667

De acordo com a análise do Banco com a UGP, na missão de 7 a 11 de novembro de 2016, dos seis indicadores analisados, quatro alcançaram as metas com base nas seguintes considerações:

- **Setor 1** - Indicador 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, Número de Propostas de Negócios Aprovadas e a serem financiadas (cumulativo). A meta estabelecida para o período para o indicador foi o número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores, aprovadas em seleção pública e com convênios assinados para o repasse de recursos. Das 18 associações com projetos aprovados através do processo de chamada pública, 1 (uma) ainda não apresentou os documentos exigidos. O convênio de repasse dos recursos para essas 17 Associações deverá ser assinado em novembro ou dezembro de 2016, a meta não foi atingida neste momento.
- **Setor 1** - Indicador 2 - Desenvolvimento Rural Sustentável, Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo). A meta estabelecida para o período para o indicador foi o número de planos de ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade. Por meio da Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia, o Banco considerou meta atingida.

- **Setor 2** - Indicador 4 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres - Estabelecimento de uma política estadual de gestão de riscos e desastres. A meta estabelecida para o período para o indicador foi Defesa Civil e Comitê de Proteção Legalmente Estabelecido.
  - a) O Decreto Estadual nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial nº 9.101, de 6 de dezembro de 2013, institui o regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC).
  - b) Com a publicação do Decreto Estadual, todo o sistema estadual foi atualizado, criando-se o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC).
  - c) Em 2014 foi criada a câmara técnica do CEPRODEC, composta por 27 membros, com igual número de suplentes (Resolução 20, de 19 de agosto de 2014 - publicado no Diário Oficial nº 9.272, de 19 de agosto de 2014). A meta foi considerada atingida pelo Banco.
- **Setor 3** - Educação - Indicador 7 - Escolas reformadas e/ou ampliadas. A meta estabelecida para este indicador foi reforma e/ou ampliação. Os trabalhos foram concluídos com o certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras foram concluídas. De posse da relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com termo de recebimento (identificando: o núcleo regional, o município, a modalidade de ensino ofertada e o número de alunos matriculados), o Banco considerou meta atingida – foram retiradas, do executado até 31 de dezembro de 2015, 13 obras em função do processo de auditoria conduzido pela SEED, que identificou divergências entre o executado e o pago superior a 5%.
- **Setor 5** - Indicador 10 - Gestão do Setor Público. Melhorar as competências essenciais dos funcionários públicos. A meta estabelecida para esse indicador foi a preparação de plano de desenvolvimento de competências incluindo cronograma, atividades e metodologia. A meta foi considerada cumprida, conforme Contrato nº 01/2016, assinado em 29/02/2016. Plano de Desenvolvimento de Competências recebido como produto 1 e 2 em 31/05/2016 e 14/07/2016, devidamente atestados pela SEAP.
- **Setor 5** - Indicador 11 - Gestão do Setor Público. Fortalecimento do Sistema de Controle Interno. A meta estabelecida para esse indicador é consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratada. A meta não foi cumprida, e o contrato está pendente de assinatura em função da conclusão da reformulação do contrato junto ao governo federal.



## COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ

Durante o primeiro semestre de 2016 intensificou-se o processo de elaboração, análise e desenvolvimento de 30 Termos de Referência e/ou aquisições com estimativa global de investimento de R\$ 127.766.978,64 (US\$ 35.591.670,47). Três desses processos já foram contratados: Aquisição de equipamentos de informática (SEPL, SEAP, IPARDES, CGE e SEMA), no valor de R\$ 3.385.259,00, Serviço de Atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná, no valor de R\$ 14,5 milhões, e Seleção de Consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância, no valor de R\$ 4,9 milhões.

### BALANÇO GERAL – COMPONENTE 1 E 2 (CINCO SETORES)

A título de conclusão, pode-se afirmar que o projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, até o momento, apesar dos problemas vivenciados, apresentou avanços significativos, como demonstrado neste relatório. Para a obtenção desses resultados, foram aplicados até o momento recursos financeiros na ordem de R\$ 1,384 bilhão de um total de R\$ 2,185 bilhões previstos para os seis anos de duração do projeto (2014 a 2019), que representam 63,36% do total de investimentos programados (quadro 14).

QUADRO 14 - ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO PROJETO, PERÍODO 12/12/2012 A 30/06/2016

Despesas realizadas no período de 12/12/2012 a 30/06/2016						
COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTETÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO						
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável						
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após Revisão de Meio Termo)	Executado/Previsto	Part. do Total Executado (%)	
Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL	3028	825.000,00	156.420.477,00	0,01	0,06	
	3033	8.500.498,90	22.737.128,00	0,37	0,61	
	3034	3.669.527,17	14.396.735,00	0,25	0,27	
Gestão de Solos e Água em Microbacias	3027	6.895.920,87	46.415.898,00	0,15	0,50	
	3029	4.307.869,79	12.986.516,00	0,33	0,31	
	3037	34.963.589,79	62.417.567,00	0,56	2,53	
<b>Total de Despesas Elegíveis do Setor 1</b>		<b>59.162.406,52</b>	<b>315.374.321,00</b>	<b>0,19</b>	<b>4,27</b>	
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres						
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após Revisão de Meio Termo)	Executado/Previsto	Part. do Total Executado (%)	
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	3045	6.995,00	7.591.897,00	0,09	0,00	
	3035	6.325.839,16	28.500.000,00	22,20	0,46	
	3046	1.367.726,67	3.987.972,00	34,30	0,10	
Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	3044	-	50.000,00	0,00	0,00	
	3043	7.893.489,96	40.126.402,00	19,67	0,57	
	3036	283.897,16	1.804.500,00	15,73	0,02	
	3008	-	23.202.977,00	0,00	0,00	
<b>Total de Despesas Elegíveis do Setor 2</b>		<b>15.877.947,95</b>	<b>105.263.748,00</b>	<b>15,08</b>	<b>1,15</b>	
Setor 3 - Educação						
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após Revisão de Meio Termo)	Executado/Previsto	Part. do Total Executado (%)	
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	3018	9.738.048,44	25.325.600,00	38,45	0,70	
Formação em Ação	3017	44.556.400,96	119.860.013,00	37,17	3,22	
Renova Escola	4094	143.463.635,78	322.045.310,00	44,55	10,36	
<b>Total de Despesas Elegíveis do Setor 3</b>		<b>197.758.085,18</b>	<b>467.230.923,00</b>	<b>42,33</b>	<b>14,28</b>	
Setor 4 - Saúde						
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Previsto - Contrato (após Revisão de Meio Termo)	Executado/Previsto	Part. do Total Executado (%)	
Rede de Urgência e Emergência	4161	624.697.860,36	909.326.420,00	68,70	45,11	
Rede Mãe Paranaense	4162	487.183.966,35	388.058.055,00	125,54	35,18	
<b>Total de Despesas Elegíveis do Setor 4</b>		<b>1.384.680.266,36</b>	<b>2.185.253.467,00</b>	<b>63,36</b>	<b>100,00</b>	
<b>TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 a 30/06/2016)</b>		<b>1.384.680.266,36</b>	<b>2.185.253.467,00</b>	<b>63,36</b>	<b>100,00</b>	
COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ						
Setor 5 - Gestão do Setor Público						
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)				
Assistência Técnica para uma Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz	3039	200.410,00				
<b>TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 a 30/06/2016)</b>		<b>200.410,00</b>				

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

Destaque-se que as despesas elegíveis realizadas pelo setor Saúde correspondem, até o momento, a 80,30% do total aplicado pelo projeto, seguido pelo setor Educação (14,28%), setor Desenvolvimento Rural Sustentável (4,27%) e, por fim, setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres (1,15%).

Ao analisar a previsão dos valores de desembolso previstos no Acordo de Empréstimo e o montante efetivamente desembolsado pelo projeto, de acordo com o quadro 17, verifica-se que do valor total previsto até o 6º desembolso parcial aproximadamente 77% foi sacado pelo projeto; ou seja, cerca de US\$ 215 milhões foram reembolsados pelo Banco na conta do empréstimo.

QUADRO 15 - VALORES PREVISTOS DE DESEMBOLSO E VALORES DESEMBOLSADOS, PERÍODO 12/12/2012 A 30/06/2016

Desembolso N.º	Período de Referência	Valor Previsto de Desembolso (US\$ 1.00)	Valor Desembolsado (US\$ 1.00)
1	Retroativo	50.000.000	50.000.000
2	1.º semestre civil de 2014 após a data da assinatura	44.125.000	44.125.000
3	Julho a dezembro de 2014	43.750.000	37.019.230
4	Janeiro a junho de 2015	65.000.000	34.459.219
5	Julho a dezembro de 2015	55.000.000	28.478.126
6	Janeiro a junho de 2016 <sup>(1)</sup>	20.947.271	20.947.271
<b>TOTAL</b>		<b>278.822.271</b>	<b>215.028.846</b>

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

(1) Somente montantes retidos por falta de comprovação de gastos elegíveis. Falta desembolsar a parcela do sexto desembolso que será realizada após segunda reformulação do Acordo de Empréstimo.

## CONSIDERAÇÕES

A Unidade de Gerenciamento do Projeto vem acompanhando e monitorando a execução desta modalidade de financiamento, que até então era inédita no Estado do Paraná. A operacionalização do projeto é pautada na transversalidade de programas e ações que exigem um esforço de articulação e coordenação entre gestores e executores das áreas técnicas, administrativas e financeiras.

A gestão do projeto conta com um conjunto de instrumentos desenvolvidos para acompanhar a execução física e financeira do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Na elaboração deste documento, esses registros foram apropriados com o objetivo de sintetizar e informar o andamento do projeto. Importa observar que o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), desenhado para apoiar a UGP na gestão, monitoramento e avaliação, e na prestação de contas perante os órgãos fiscalizadores e auditores, teve o módulo de gestão financeira concluído – o módulo foi implantado junto aos executores, e os relatórios deste semestre foram gerados pelo SIGMA-PP.

Neste relatório, para destacar aspectos operacionais e de gestão, realizamos uma síntese da Análise Econômica e de Impacto dos Programas de Gastos Elegíveis – PGEs do projeto, relativos aos avanços observados no período 2012-2016, realizada pelo Banco Mundial em parceria com a Unidade de Gerenciamento do Projeto, por ocasião da Revisão de Meio Termo realizada no primeiro semestre de 2016.

### **Análise Econômica**

O projeto foi avaliado a partir de uma perspectiva econômica e complementado com análises de sensibilidade. A avaliação econômica foi realizada com base no objetivo do Projeto SWAp – Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, que visa tornar o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano no Estado mais justo e ambientalmente sustentável.

A avaliação foi realizada para todos os programas do projeto, ou seja, relacionados à saúde, educação, desenvolvimento rural e gestão ambiental e de riscos e desastres. A análise custo-benefício foi utilizada para avaliação calculando os benefícios líquidos gerados por cada programa numa base incremental. Os benefícios de cada intervenção são iguais à diferença entre os benefícios incrementais e os custos incrementais de dois cenários: com e sem o Projeto. Os benefícios foram medidos com base nos objetivos esperados estabelecidos no quadro dos resultados do projeto original em 2012 e revistos em 2015.

O fluxo de custos foi transformado em preços de 2012 para a comparação com o que foi previsto na avaliação. Os custos reais e os benefícios já alcançados foram incluídos na avaliação, bem como custos e benefícios associados às obras previstas até a data de encerramento.

As abordagens para medir benefícios variam de acordo com a intervenção. Para saúde, o custo evitado foi usado, com redução da taxa de mortalidade para as mulheres grávidas e melhoria do tratamento. Para a educação, a mensuração considerou aumento de salário dos professores, alunos se formam na idade certa e professores que recebem capacitação apropriada. Para gestão de riscos e desastres, foram utilizadas duas abordagens: a) uma que simula o ponto de equilíbrio das perdas evitadas, o que faz com que a intervenção seja viável; e b) técnica de *benchmarking*. Para o desenvolvimento rural, avaliou-se o retorno que os agricultores estão recebendo, que é mais elevado que antes das intervenções.

### Impacto Econômico

Os resultados mostram que o projeto tem sido um investimento que vale a pena, uma vez que terá um impacto positivo no desenvolvimento do Estado do Paraná. Todos os programas são economicamente viáveis, com retorno superior a 6%. O projeto global gera um retorno de 15% e cerca de US\$ 226 milhões de benefício líquido. O total de benefícios é 73% mais elevado que os custos, dando amplo espaço a incertezas ao longo do ciclo de vida das intervenções.

TABELA 7 - AVALIAÇÃO ECONÔMICA DO PROJETO

SETORES/PROGRAMAS	VALOR PRESENTE DOS FLUXOS (1.000 US\$)			
	Custos	Benefício	Benefício Líquido	IRR %
Desenvolvimento Integrado	33,173	33,561	388	6,3
Desenvolvimento Rural Sustentável	-	-	-	-
Gerenciamento Ambiental e de Riscos e Desastres	-	-	-	-
Desenvolvimento Humano	-	-	-	-
Educação	136,597	309,627	173,030	19
Saúde - Rede Mãe Paranaense	135,472	187,765	52,292	11
<b>TOTAL</b>	<b>305,241</b>	<b>530,952</b>	<b>225,711</b>	<b>15</b>

FONTE: Economic Evaluation - Paraná Multi-Sector Development Project - Estudo conduzido pelo Banco Mundial - Setembro 2016

## APÊNDICE 1 - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

Durante a etapa de supervisão das Salvaguardas Ambientais no âmbito da UGP/SEPL, foi realizado o acompanhamento de toda a implementação das recomendações contidas nos documentos Marco de Gestão Ambiental e Manuais Operativos, para subsidiar a elaboração deste relatório. A supervisão das atividades baseia-se no cumprimento das seguintes Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial:

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitats Naturais
- OP 4.09 - Manejo de Pragas
- OP 4.11 - Recursos Culturais Físicos
- OP 4.36 - Florestas

A avaliação ambiental (OP 4.01) leva em conta o ambiente natural (ar, água e solo) e aspectos do meio ambiente global, abordando os aspectos naturais e sociais de uma forma integrada. Também leva em conta a variabilidade nas condições do projeto; as conclusões de outros estudos ambientais no Estado; planos de ações nacionais para o meio ambiente; conjunto de políticas do Estado, (legislação nacional, estadual e municipal); e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais. A avaliação ambiental é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise dependem da natureza, escala e impacto ambiental potencial do projeto, de modo a assegurar que ele seja ambientalmente sólido e sustentável.

Os *habitats* naturais (OP 4.04) são áreas de terra ou de água cujas funções ecológicas primárias não sofreram alterações causadas pelo homem. Nessas áreas, formam-se comunidades biológicas constituídas principalmente por espécies de plantas e animais nativos. Todos os *habitats* naturais têm importante valor biológico, social, econômico e existencial. Medidas apropriadas de conservação e mitigação removem ou reduzem o impacto adverso sobre os habitats naturais, mantendo tais impactos dentro de limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável. As medidas específicas dependem das características ecológicas da área e podem incluir proteção plena por meio da reformulação das atividades previstas; reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; restauração de *habitats* degradados; e estabelecimento e manutenção de uma área ecologicamente semelhante, de tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas devem sempre incluir supervisão e avaliação, para proporcionar informações sobre os resultados da conservação e orientação para o desenvolvimento ou refinamento das medidas corretivas apropriadas.

Ao prestar assistência ao projeto no controle de pragas e parasitas (OP 4.09) que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promova o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais e reduza a dependência de pesticidas químicos sintéticos. Para isso, apreciam-se as legislações estadual e federal existentes e as capacidades institucionais, com o objetivo de promover e apoiar uma estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle.

Os recursos culturais físicos (OP 4.11) são importantes como fontes de valiosas informações científicas e históricas, definidos como objetos, sítios, estruturas, bem como aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis, que tenham importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Os recursos culturais físicos podem estar localizados em ambientes urbanos ou rurais e podem estar acima ou abaixo do solo ou, ainda, embaixo d'água. Seu interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional ou da comunidade internacional. O Banco Mundial ajuda os países a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos dos projetos de desenvolvimento. Os impactos sobre os recursos culturais físicos resultantes de atividades do projeto, inclusive medidas atenuantes, não podem opor-se à legislação nacional e estadual, tampouco às suas obrigações, previstas em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

O objetivo da OP 4.36 é aproveitar o potencial das florestas, integrar as florestas de forma eficaz para o desenvolvimento econômico sustentável e proteger os serviços ambientais locais e globais vitais e valores de florestas.

Em uma segunda etapa é realizada uma análise ambiental de cada uma das atividades para determinar o grau e o tipo apropriado de avaliação ambiental. O Banco classifica as atividades do projeto dentro de uma das três categorias – A, B ou C – dependendo do tipo, localização, sensibilidade, escala, natureza e magnitude dos potenciais impactos ambientais das atividades propostas.

Um projeto proposto é classificado na categoria "A" se for provável que resulte em impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível. Estes impactos podem afetar uma área mais extensa do que os locais ou instalações onde ocorrem as atividades do projeto. A avaliação ambiental para um projeto de categoria "A" examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Um projeto proposto é classificado na categoria "B" quando seus potenciais impactos ambientais adversos são específicos ao local do projeto, poucos ou nenhum deles sendo irreversíveis, e na maioria dos casos a identificação de medidas mitigadoras é mais rápida. A avaliação ambiental neste caso também examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos.

Um projeto proposto é classificado na categoria "C" se a possibilidade de impactos ambientais adversos for mínima ou inexistente. Além da análise ambiental preliminar, não se exige nenhuma ação de avaliação ambiental adicional.

## PRINCIPAIS AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS NO SEMESTRE

- SEMA: Realização de reuniões técnicas com os executores dos programas Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres e Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, em que participaram representantes da SEMA, Defesa Civil, AGUASPARANÁ, IAP e CELEPAR para tratar de assuntos referentes à reformulação dos indicadores do programa.
- SESA: Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa Mãe Paranaense, para tratar de assuntos referentes às obras de construção, reforma e ampliação das UBS do programa; foram discutidas as readequações que deverão ser feitas no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo da SESA, de acordo com as novas atribuições e elementos técnicos das ações que ficam sob responsabilidade da PRED; foram analisados todos os contratos das obras com o intuito de verificar as atuais situações de cada uma delas e se as mesmas estão em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais do Banco Mundial; a partir daí, foi criado um controle gerencial de todos os documentos das obras dentro da UPG na SEPL.
- SEED: Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa Renova Escola para tratar de assuntos referentes à gestão das obras das escolas da rede estadual. Durante a reunião foram abordadas quatro pautas importantes: a) parceria da SEED/SUDE com a PRED, que será a entidade responsável pelo monitoramento e fiscalização das obras de ampliação e reparos em execução e a serem executadas; b) nova forma de execução das obras por meio da implantação do Sistema de Obras Online, que inclui o relatório de vistoria das obras contido no Marco de Gestão Ambiental Vol. II, a ser preenchido pelos engenheiros da PRED diretamente no sistema; c) Sistema de Georreferenciamento das escolas, que consiste em encaminhar os alunos da rede pública à escola estadual mais próxima de sua residência – esse mapeamento é realizado junto à COPEL; com o sistema é possível definir critérios de planejamento e priorização de obras; d) readequações que deverão ser feitas no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo da SEED, de acordo com as novas atribuições da SEED/SUDE e os elementos técnicos das ações que ficam sob responsabilidade da PRED.

Seguem os quadros 1, 2, 3 e 4 de monitoramento dos indicadores que acionam as Políticas de Salvaguardas Ambientais do BIRD. O acompanhamento das salvaguardas ambientais referente ao 1º semestre de 2016 foi realizado com informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas do Projeto Multissetorial por Secretaria. Os quadros contêm informações específicas sobre licenciamento ambiental (IAP/AGUASPARANÁ), documentações necessárias e impactos ambientais significativos.



QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre				
SEAB	PRÓ-RURAL	7 consórcios intermunicipais apoiados por meio da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas (IPML)	Não se aplica	8 em processo de formalização dos convênios	A Secretaria de Agricultura lançou em 19/05/2016 um edital para seleção dos consórcios intermunicipais que receberão as patrulhas rodoviárias adquiridas pelo processo licitatório LPI n.º 001/2014. Em 01/07/2016 foi publicado o resultado final do processo de seleção com 8 consórcios intermunicipais considerados aptos a receber os equipamentos. Atualmente o processo de formalização dos convênios encontra-se em fase de revisão da minuta de cessão dos equipamentos. Prevê-se que o apoio financeiro previsto no Edital será realizado no ano de 2017 em virtude das eleições municipais.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.
		7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados (IPML)	Não se aplica	0	A previsão de início desta ação está prevista para 2017	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	
		150 propostas de negócios financiadas (IPML)		0	18 convênios em processo de formalização	Com relação aos dezoito (18) associações com convênios em fase de formalização (situação até 30/06/2016): - 5 associações ainda não encaminharam os documentos necessários para a formalização (Plano de Trabalho atualizado e certidões); - 3 associações encaminharam as documentações mais ainda possuem pequenas pendências; - 10 associações estão com o processo no setor de convênios da SEAB (NUCONV/SEAB);	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

conclusão

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre				
SEAB	PRÓ-RURAL	75 projetos-pilotos e iniciativas inovadoras propostas	0	0	Esta ação ainda não foi iniciada. Em 2015 houve restrições orçamentárias. Para 2016 e 2017 esta ação será objeto de reestruturação na Revisão de Meio Termo do Programa.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	Foi elaborada uma proposta para a implementação da atividade, em conjunto com a Câmara de ATER do CEDRAF. A UTP realizou em jul/2016 seminários territoriais para levantamento das demandas ligadas à inovação. Esses seminários tiveram como objetivo a priorização das cadeias produtivas a serem apoiadas em cada território. Até nov/2016 os territórios elaborarão a matriz de identificação das atividades de inovação a serem apoiadas em cada cadeia prioritária. Os apoios previstos nesta ação serão implementados em 2017.
SEAB	MICROBACIAS	250 planos de ação de microbacias validados pela comunidade (IPML)	150	5	Previstos 150 Planos de Ação até fevereiro 2016	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	Acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos.	
		350 sistemas de abastecimento de água (IPML)	116	12	107 concluídos, 58 faltando canalização para as casas, 10 em processo de licitação, 10 poços secos (Total = 185)	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	ara perfuração do poço é exigido registro junto ao AGUASPARANÁ, visando à obtenção da respectiva anuência prévia (licença) e posterior outorga de direito de uso da água. Para a construção do poço tubular deverão ser seguidas as normas técnicas da ABNT e estar devidamente registrado no CREA.	

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	2.º Semestre			
SEMA	MOD (Modernização do Licenciamento Ambiental)	1 Sistema de Informações integrado (IPML)	Implantado integralmente o módulo de Licenciamento Industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o Módulo de Monitoramento Ambiental, oferecendo em fase final de testes o cadastro online da DEA, correspondendo a 20% do Sistema Integrado de Informações.	Módulos de Indústria, Suinocultura, Avicultura, Comercio e Serviços, Imobiliário e Autorização de resíduos Sólidos, implantados.	-	(OP 4.01)	DLAE
		Implementação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos - SIGARH (ID) ABA 1	Processo de seleção SBQC em fase de recebimento de propostas.	Não se aplica	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		Software do SIGARH implantado	Realizado Pregão Eletrônico n° 05/2016 (protocolo 13.844.389-2). Aguardando homologação.	Não se aplica	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		Infraestrutura de Dados Espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) implantada	Elaboração do TdR, estimativa de custos e encaminhamento para não objeção.	Publicação da SMI; aprovação do COSIT; seleção da lista curta; elaboração da SDP; aprovação da SDP e do Relatório da lista curta.	Assinatura do contrato prevista para o 2.º semestre de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		22 municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização (IPML)	16	0	27 municípios já foram autorizados a licenciar conforme site: < <a href="http://www.cema.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=135">http://www.cema.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=135</a> >	(OP 4.01)	DLAE
		Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do Licenciamento e da fiscalização ambiental (IRI-PD)	27	Não se aplica	-	(OP 4.01)	DLAE

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	2.º Semestre			
SEMA	MOD (Modernização do Licenciamento Ambiental)	1 Sistema de Transmissão recepção e armazenamento de dados operando e 06 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Não se aplica	1 estação móvel operando, 2 fixas instaladas e operando (Paranaguá e Maringá) outras 4 aguardando instalação	Pregão Eletrônico n.º 01/2015 - IAP publicado no DIOE edição de n.º 9.590 e Contrato n.º 13/2015	(OP 4.01)	DLAE
		Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, mapeamento de competências e diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná	500	Termo de Referência pronto	-		
		Melhoria da infraestrutura operacional para monitoramento e fiscalização nos Laboratórios do IAP	4 laboratórios equipados 39 veículos adquiridos (25 Amarok e 14 barcos)	Não se aplica	-	(OP 4.01)	DLAE
		Melhoria da infraestrutura operacional para as ações de monitoramento do AGUASPARANÁ	Equipamentos; medidores de vazão e 10 veículos (Duster) adquiridos	Não se aplica	-	(OP 4.01)	
		Readequação do <i>layout</i> interno da SEMA	Não se aplica	Pregão eletrônico mobiliário realizado, em fase de declarar vencedor, Edital dos <i>switches</i> será analisado pelo COSIT.	PE 01/2016 - SEMA	(OP 4.01)	DLAE
		Manutenção e conservação da estrutura física da SEMA	Não se aplica	Cobertura do prédio, reforma concluída em fevereiro de 2016. Pregões eletrônicos referentes ao subsolo e aos banheiros realizados, contratos assinados, reforma iniciada dia 25/07/2016.	Subsolo - Contrato 04/2016 Sanitários - Contrato 05/2016 Cobertura Prédio - Contrato N.º 04/2016		

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP AIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	2.º Semestre			
SEMA	FGRD (Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres)	Institucionalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPRODEC) para a gestão de riscos e desastres ambientais (IPML)	Conselho criado	Formalização do Conselho realizada	- Decreto Estadual 9.557, de 6 de dezembro de 2013 - Resolução 020/2014	(OP 4.01)	DLAE
		Estabelecimento da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (ID, IRI-PAD)	Avaliação das Diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil	A Política Estadual de Proteção e Defesa Civil foi implantada pela Lei 18.519/2015	- Previsão de conclusão do TdR no segundo semestre de 2016 - A minuta do Plano Estadual será apresentada na próxima reunião do CEPRODEC em agosto de 2016	(OP 4.01)	DLAE
		Instrumento legal que institui a Política Estadual (IPML)				(OP 4.01)	DLAE
		Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) (IPML)	Não se aplica	1 Sistema desenvolvido e implantado operando	Paga ao SIMEPAR, pelos serviços prestados no 1.º trimestre de 2016, a importância de R\$ 135.866,58 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) através da OPN (Ordem de Pagamento Normal) n.º 69.33.0000/6/00441-1 emitida em 22/04/2016	(OP 4.01)	DLAE
		Mapeamento da Cobertura da Terra no PR, ano-base 2012 (IPML)	Não se aplica	Elaboração da lista curta; elaboração da SDP	Protocolo n.º 13.801.229-8	(OP 4.01)	DLAE
		60 Estações pluviófluviotelemétricas instaladas operando com manutenção pelo AGUASPARANÁ	60 estações adquiridas e instaladas e operando	Não se aplica	Meta concluída em 2013	(OP 4.01)	DLAE
		Sensor de Raios/Monitoramento de Descargas Atmosféricas (ID-S)	Não se aplica	Não se aplica	Aguardando não objeção do BIRD, para assinatura de contrato, visto que se trata de contratação direta	(OP 4.01)	DLAE
		Cartografia do Litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P)	Geração da base cartográfica	Empresa entregou o relatório final e transferência de tecnologia e realizou treinamento, assim finalizando o contrato	2.134 km² de área mapeada no Estado do Paraná na escala 1:10.000	(OP 4.01)	DLAE
		Mapeamento de riscos geológicos e hidrológicos da RMC e outras áreas com identificação de riscos (IPML)		4,96%	Resolução designando servidores para compor Grupo de Trabalho, publicada	Resolução SEMA 18/2016 publicada no DIOE n.º 9744 PE 05/2016 Protocolo n.º 13.843.795-7	(OP 4.01)

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	2.º Semestre			
SEMA	FGRD (Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres)	Mapeamento e Delimitação de Áreas Urbanas Inundáveis: RMC, e nas cidades de Morretes e Francisco Beltrão	Não se aplica	Reunião técnica para debater a solução tecnológica a ser adotada	-	(OP 4.01)	DLAE
		Inventário Florestal	Pregão eletrônico realizado	Pregão eletrônico realizado	Aguardando manifestação do BIRD, referente à justificativa de alteração de edital, para declarar vencedor da licitação		
		Sala de Monitoramento Meteorológico/SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR)	Não se aplica	Foi realizado pregão eletrônico para aquisição do mobiliário	PE 04/2016	(OP 4.01)	DLAE
		Sistema Inteligente de Visualização, Armazenamento de Dados Ambientais (IPML)	Pregão eletrônico realizado	Equipamento adquirido por meio de pregão eletrônico realizado em dezembro, contrato assinado, bem entregue e em fase de homologação pelo CELEPAR	PE 01/2015 Contrato n.º 03/2015	(OP 4.01)	DLAE
		Adequação de <i>layout</i> interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para atendimento do CEGERD	Não se aplica	A segunda licitação está em andamento, tendo em vista a primeira restar deserta. O processo encontra-se em fase de análise documental pela Paraná Edificações e de análise técnica pela CELEPAR.	Protocolo do Estado n.º 13.619.634-0	(OP 4.01)	DLAE
		CEGERD equipado com mobiliário	Não se aplica	Licitação realizada e homologada com contrato assinado. Para a produção do mobiliário, há necessidade da finalização da obra física do CEGERD.	Protocolo do Estado: 13.750.261-5	(OP 4.01)	DLAE
		Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e ativos de rede	Não se aplica	Licitação realizada e homologada e no aguardo de assinatura do contrato. Para a produção da instalação do sistema de telefonia IP, há necessidade da finalização da obra física do CEGERD.	Protocolo do Estado: 13.750.310-7		
		CEGERD equipado com <i>software</i> e <i>hardware</i>	Não se aplica	Licitação em fase de finalização pelo DEAM. Atualmente em fase de análise de recursos.	Protocolo do Estado: 13.750.297-6.	(OP 4.01)	DLAE

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	2.º Semestre			
SEMA	FGRD (Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres)	Fortalecimento dos Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil	32 veículos Pick Up 4x4 destinados ao atendimento de busca e resgate em inundações, alagamentos e enxurradas, e busca e resgate em estruturas colapsadas. Os veículos serão equipados para tais atendimentos.	Licitação 1 para aquisição de viaturas Licitação 2 para aquisição de equipamentos	Licitação 1 - TR elaborado. Edital transitou pelo DEAM. Encontra-se na SEFA para autorização do Secretário tendo em vista o valor do objeto. Protocolo do Estado: 14.027.853-0. Licitação 2 para aquisição de equipamentos está no DEAM aguardando atualização do orçamento de um item específico.	(OP 4.01)	DLAE
		Qualificação e capacitação de Agentes da Defesa Civil (IPML)	Não se aplica	LOTE 1 - Serviços de TI: Customização do Moodle CEPED/PR, desenvolvimento do portal de REDESASTRE e desenvolvimento de Simuladores de Desastres. TR não concluído. Aguardando manifestação da CELEPAR. Processo encaminhado em 14/04/2016. LOTE 2 - Aquisição de equipamentos de TI: 2 Servidores e montagem de estúdio para EAD. TR não concluído. O TR de TI aguarda manifestação da CELEPAR e o de EAD está sendo orientado pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC). Processo encaminhado em 14/04/2016. LOTE 3 - Editoração de materiais didáticos. TR finalizado. Aguardando mais um orçamento. Considerou-se a publicação do Edital de Licitação em 31/07/2016 + processamento licitação (2m) + execução (12m) = 30/09/2017	-	(OP 4.01)	DLAE
		Sistema Local de alerta precoce para a comunidade de floresta.	Não se aplica	Minuta do Termo de Referência em análise na UGP/SEPL	-	(OP 4.01)	DLAE
		Sistema de Radares Banda X em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados e operando.	Não se aplica	SIMEPAR está finalizando Termo de Referência, para posterior envio ao BIRD para revisão prévia	Termo de Cooperação Técnico-científica n.º 01/2015 entre SEMA/CASA MILITAR/SIMEPAR	(OP 4.01)	DLAE

conclusão

QUADRO 3 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SESA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SESA	MÃE PARANAENSE	180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas (IPML)	105	53	Todos os documentos comprobatórios encontram-se localizados no SAS/SESA e na SEPL	(OP 4.01)	Licenças Ambientais IAP

QUADRO 4 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEED

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2016		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			Até 31/12/2015	1.º Semestre			
SEED	RENOVA ESCOLA	Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas (IPML, ID e IRI-PAD)	310	18 obras de reparos descentralizadas	Relação das escolas atendidas com reparo com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional; o município; o estabelecimento de ensino, o número de protocolo, o tipo de atendimento, o número de contrato, valor orçado e valor contratado, o <i>status</i> da obra, a modalidade de ensino ofertada; o número de alunos matriculados e os critérios de priorização.	(OP 4.01)	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento; ninguém está obrigado a requerer DLAE e, por conseguinte, ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.
		Equipamentos e mobiliários adquiridos (IPML)	805	98	Número total acumulado: 900. Em 2016 foram cessadas as atividades de três escolas estaduais.	(OP 4.01)	

## CONCLUSÕES

SEAB - Por meio do Monitoramento dos Indicadores Físicos e das informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas, foi concluído que: todos os indicadores (obras/atividades) dos dois programas da SEAB atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental. As ações, atividades e intervenções executadas no período são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, sendo classificadas nas categorias "B" e/ou "C", não necessitando, assim, de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para sua execução.



SEMA - Todos os indicadores (obras/atividades) dos programas Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres e Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelo programa foram consideradas de baixo impacto ambiental e classificadas dentro da categoria "C". Os programas devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente desde que procurem promover a obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. A SEMA apoiará os esforços dos Manuais Operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas, sendo assim, não requerem supervisão ou apoio especial.

SESA - Todos os indicadores (obras e atividades) dos programas Rede de Urgência e Emergência e Mãe Paranaense atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias "B" e/ou "C") e, em sua maioria, apresentam impactos ambientais positivos ao projeto, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, quanto às obras de reformas, construção e ampliação.

SEED - Todos os indicadores (obras e atividades) do Programa Renova Escola atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias "B" e/ou "C"), necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.

## APÊNDICE 2 - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS SOCIAIS

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial: Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

No quadro 1 são apresentados os programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas Políticas de Salvaguardas Sociais acionadas.

QUADRO 1 - PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS

PROGRAMA	EXECUTOR	SALVAGUARDA
Desenvolvimento Econômico e Territorial PRO-RURAL	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Formação em Ação	SEED	Povos Indígenas (OP 4.10).
Renova Escola	SEED	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Rede Mãe Paranaense	SESA	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

FONTE: SEPL/UGP, 2014

Com o objetivo de orientar a implementação dessas políticas, foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no portal da SEPL ([www.sepl.pr.gov.br](http://www.sepl.pr.gov.br)), no link do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando a Revisão de Meio Termo do Projeto, o Banco recomendou a atualização dos documentos. Os pontos que deverão ser atualizados na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário já foram acordados com o agente financiador do Projeto, contudo as conclusões destes documentos ainda estão pendentes, porém há a expectativa de envio para análise no 2º semestre de 2016.

Tendo em vista a garantia do arranjo institucional para a implementação das diretrizes previstas nos referidos documentos, foi destacada no âmbito da Unidade de Gestão do Projeto uma responsável pelas Salvaguardas Sociais. Do mesmo modo, as Secretarias Executoras (SEAB, SEED e SESA) indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas nos programas que acionaram as salvaguardas. Ainda, no âmbito do Comitê Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, foi criada, por meio da Resolução nº 009/2014, uma Câmara Técnica composta por representantes da SEPL, das secretarias executoras das ações, das populações indígenas e das instituições parceiras.

As principais atividades realizadas são apresentadas a seguir, organizadas em dois tópicos: um relativo à Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e outro referente ao Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário.

## **ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)**

Para orientar a execução e facilitar o acompanhamento do processo de implementação das políticas de salvaguarda relativas aos povos indígenas, foram elaborados Planos Operativos Plurianuais (POP) para cada um dos programas para o período 2015-2017, estabelecendo objetivos, atividades e metas mais específicas para as diretrizes e ações gerais previstas na EPPI.

Os POPs dos programas envolvidos na execução da EPPI foram atualizados após a Revisão de Meio Termo do Projeto, tendo sido incorporadas metas para 2018.

Esses planos serviram de referência ao acompanhamento das atividades realizadas no 1º semestre de 2016, conforme demonstrado nos quadros 2 a 7.

A seguir, são apresentadas com mais detalhes as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação da EPPI de cada um dos programas, assim como informados alguns elementos de contexto que interferem positiva ou negativamente na implementação das atividades.

### **PRÓ-RURAL**

No primeiro semestre de 2016 não foi realizado nenhum dos cursos previstos, entretanto foram tomadas providências para que os mesmos sejam realizados no 2º semestre do ano.

A proposta da Associação Comunitária Indígena Inácio Martins (ACIMAR) da Terra Indígena Rio D'Areia selecionada pela SEAB no processo de chamamento público contido no Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014 está em vias de assinatura do convênio que formalizará o repasse dos recursos que possibilitam o início da implementação dos trabalhos. A Associação encaminhou toda a documentação necessária, estando pendente apenas a obtenção da Utilidade Pública Estadual, sendo que o Projeto de Lei já foi encaminhado para a sanção do governador.

A contratação de técnicos para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio de concurso público do EMATER, não foi concluída até 30 de junho de 2016, mas há a perspectiva de que esse processo seja finalizado no 2º semestre do ano.

No quadro 2 são apresentadas as ações e atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do PRÓ-RURAL para a implementação da Estratégia de Participação Indígena.

QUADRO 2 - RESUMO DE ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRÓ-RURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO		SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		2016	De 01/2016 a 06/2016	Total do Ano 2016	
<b>Ação: Capacitação das populações indígenas e suas organizações</b>	<b>Número de indígenas capacitados</b>	<b>20 cursos para as 14 TIs (560 indígenas capacitados)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>SEAB/EMATER</b>
Cursos de capacitação em educação ambiental e manejo dos recursos naturais (Ex. Uso e Manejo Agrobiodiversidade Florestal, Coleta e Manejo de sementes arbóreas, Agrofloresta, Proteção de fontes de água, entre outros)	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados	O número de cursos para cada temática será definido no Plano Operativo Anual Indígena (até março/2016)	0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
Cursos de capacitação em desenvolvimento tecnológico e gestão (Ex. Artesanato, Empreendimentos Solidários, Comercialização, entre outros)	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
Curso de capacitação em atividades produtivas diversas (café, suínos, peixes, bovino de leite, aves, produção orgânica, hortas e pomares caseiros, plantas aromáticas e medicinais, entre outros)	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
Curso de capacitação em desenvolvimento humano e social	Número de cursos realizados e Número de indígenas capacitados		0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
<b>Ação: Contribuir para a implementação de projetos produtivos sustentáveis nas aldeias indígenas</b>	<b>Terras ou Aldeias apoiadas</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Apoio a projetos produtivos nas Terras Indígenas	Número de projetos	A identificação de projetos potenciais será definida no POA Indígena (até março/2016). Os projetos serão trabalhados visando ao Edital 2016	1	1	UTP/SEAB em 18/08/2016
<b>Ação: Ampliar o número de técnicos trabalhando na assistência técnica e extensão rural junto às populações indígenas</b>	<b>Número de técnicos atuando pelo menos 50% do tempo nas TIs</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>SEAB/EMATER</b>
Ampliar o número de técnicos da EMATER prestando serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	0	0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
<b>Ação: Capacitar técnicos prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural às populações indígenas e suas organizações</b>	<b>Número de técnicos capacitados</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>EMATER</b>
Desenvolvimento e realização de módulo específico no "Pré-serviço" para os técnicos recém-contratados por meio de concurso público	Número de técnicos capacitados	Esta atividade ocorrerá após nomeação dos técnicos aprovados em concurso público	0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016 EMATER
Cursos de formação para ATER indígena			0	0	
Excursões técnicas a Terras Indígenas e/ou experiências com populações indígenas			0	0	
<b>Ação: Elaborar Planos de Desenvolvimento Sustentável das 14 Terras Indígenas</b>	<b>Número de Planos Elaborados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>SEAB/EMATER</b>
Realização de oficinas para diagnóstico socioambiental nas aldeias e/ou Terras Indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (setembro/outubro)	0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016
Realização de oficinas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das Terras Indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (outubro/novembro)	0	0	UTP/SEAB e Coordenação do Programa/EMATER em 18/08/2016

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

## FORMAÇÃO EM AÇÃO

No primeiro semestre de 2016, atuaram nas escolas indígenas paranaenses 859 professores, sendo 257 de etnia indígena. Nesse contexto, foram realizadas as oficinas no âmbito da implementação do Programa Formação em Ação, capacitando 787 professores, o que representa 91% do total (quadro 3).

No quadro 3 são apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Formação em Ação para a implantação da EPPI. No quadro 4 são apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa Formação em Ação.

QUADRO 3 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA "FORMAÇÃO EM AÇÃO" PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2016			REALIZADO						SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
		N.º Total <sup>(1)</sup>	N.º capacitados	% <sup>(2)</sup>	De 01/01/2016 a 30/06/2016			Total do Ano 2016			
					N.º Total <sup>(1)</sup>	N.º capacitados	% <sup>(2)</sup>	N.º Total <sup>(1)</sup>	N.º capacitados	% <sup>(2)</sup>	
<b>Realização das oficinas de atualização dos conhecimentos e práticas para professores e técnicos da educação escolar indígena</b>											
Capacitação de professores indígenas que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências	Professores indígenas capacitados	241	205	85	257	240	93	257	240	93	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação de professores não indígenas que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências	Professores não indígenas capacitados	505	429	85	602	547	90	602	547	90	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação do total dos professores que atuam em escolas indígenas, por meio de oficinas para trocas de experiências	Professores capacitados	746	635	85	859	787	91	859	787	91	SEED/DPTE/DEDI/CEEI

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

(1) Dado do Grupo de Recursos Humanos Setoriais da SEED para o período de referência.

(2) A base de dados para o cálculo será atualizada anualmente, tendo em vista a informação do Grupo de Recursos Humanos Setorial da SEED.

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas oficinas de capacitação dos saberes indígenas na escola e de discussão do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), além da manutenção das equipes multidisciplinares para garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar (quadro 4).

QUADRO 4 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA "FORMAÇÃO EM AÇÃO"

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2016	REALIZADO		SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
			De 01/01/2016 a 30/06/2016	Total do Ano 2016	
			N.º	N.º	
<b>Ação: Capacitar de forma continuada professores indígenas que atuam na Educação Escolar Indígena, para a elaboração de materiais didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola</b>					
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores da Ação Saberes Indígenas na Escola	Professores orientadores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	Não se aplica	20	20	SEED/DEDI/CEEI
Realização de oficinas de multiplicação da Ação Saberes Indígenas nas escolas	Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	Não se aplica	200	200	SEED/DEDI/CEEI
<b>Ação: Capacitar de forma continuada Equipes Multidisciplinares, compostas por professores, diretores, pedagogos, agentes educacionais I e II, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade, buscando intensificar o diálogo, no sentido de garantir a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar</b>					
Formação das equipes multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e conveniados	Equipes multidisciplinares de estabelecimentos de ensino formadas	2.500	2.500	2.500	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração de Plano de Ação Anual das equipes multidisciplinares	Planos de Ação elaborados	2.500	2.500	2.500	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Realização do Seminário na Semana da Consciência Negra	Seminário realizado	2.500	2.500	2.500	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração do Memorial Descritivo	Memoriais descritivos elaborados	2.500	2.500	2.500	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
<b>Ação: Capacitar de forma continuada professores alfabetizadores, por meio do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, visando à alfabetização das crianças até os oito anos de idade, ao final do 3.º ano do ensino fundamental</b>					
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa	Professores orientadores capacitados	6	6	Não se aplica	SEED/DEB
Realização de oficinas de multiplicação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa nas escolas	Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados	150	148	Não se aplica	SEED/DEDI/CEEI

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

## RENOVA ESCOLA

No quadro 5 são apresentadas as ações e atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Renova Escola para a implantação da EPPI.

QUADRO 5 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA "RENOVA ESCOLA" PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2016	REALIZADO		SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA
			De 01/01/2016 a 30/06/2016	Total do Ano 2016	
			N.º	N.º	
<b>Ação: Ampliar e/ou adequar as escolas indígenas</b>					
Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas	Escolas reformadas, ampliadas e/ou adequadas	1	0	0	SEED/SUDE. 21/09/2016
<b>Ação: Equipar e mobiliar as escolas indígenas</b>					
Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliário para escolas indígenas	Escolas equipadas	5	2	2	SEED/SUDE. 01/08/2016
<b>Ação: Equipar e mobiliar as escolas indígenas</b>					
Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliário para escolas indígenas	Escolas equipadas	5	2	2	SEED/SUDE. 01/08/2016
<b>Ação: Diagnosticar a estrutura física das escolas indígenas</b>					
Realizar visitas técnicas às escolas indígenas para atualização do diagnóstico da estrutura física já cadastrada pela comunidade escolar no sistema de obras da SEED	Escolas com diagnóstico	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEED/SUDE. 21/09/2016

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

No quadro 6 são apresentadas as ações e atividades complementares ao programa, realizadas em parceria com instituições do governo federal (FNDE/MEC).

Para a finalização da obra da Escola Estadual Indígena Pindoty – Ilha da Cotinga, foi aberto procedimento licitatório em 5 de julho de 2016, porém o mesmo fracassou. Considerando o exposto, iniciou-se novo procedimento licitatório, que se encontra em fase de revisão de Edital.

No primeiro semestre de 2016 também foram homologados para a construção de quadras esportivas 5 processos licitatórios.

QUADRO 6 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA "RENOVA ESCOLA"

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2016	REALIZADO		SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
			De 01/01/2016 a 30/06/2016	Total do Ano 2016	
			N.º	N.º	
<b>Ação complementar: Ampliar a infraestrutura física para o ensino e práticas culturais em terras indígenas</b>					
Construção de unidades novas em Terras Indígenas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Escolas construídas	1	0	0	SEED/SUDE - 21/09/2016
Construção de quadras esportivas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Quadras esportivas construídas	5	0	0	SEED/SUDE - 21/09/2016
<b>Ação complementar: Assegurar o ensino em terras indígenas não regularizadas</b>					
Manter escolas provisórias nas terras indígenas não regularizadas	Escolas provisórias mantidas	3	3	3	SEED/SUDE - 21/09/2016

FORNTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

## REDE MÃE PARANAENSE

Considerando o histórico de altas taxas de mortalidade materna e infantil na população indígena, a SESA classifica a priori como de risco intermediário qualquer gestação indígena. Para reverter essa realidade, considera muito importante o trabalho de capacitação das equipes que atuam na atenção primária à saúde nas Terras Indígenas do Paraná.

Entretanto, a saúde indígena é de competência da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Nesse contexto, a SESA por meio do Programa Rede Mãe Paranaense atuou em parceria com a SESA/MS, possibilitando a capacitação de 20 profissionais no primeiro semestre de 2016.

A parceria com a SESA, no primeiro semestre do ano, resultou na implantação dos protocolos de estratificação de risco no parto e vinculação aos hospitais de referência para o programa de 253 gestantes indígenas, e ainda a gestão de 37 casos de gestação de alto risco.

As taxas de mortalidade materna e infantil nesta população diminuíram, de maneira expressiva, após a implantação da Rede Mãe Paranaense, devido à ampliação do cuidado das gestantes no pré-natal, parto e puerpério.



No quadro 7 são apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Rede Mãe Paranaense para a implantação da EPPI.

QUADRO 7 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA "REDE MÃE PARANAENSE" PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2016	REALIZADO		SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
			De 01/01/2016 a 30/06/2016	Total do Ano 2016	
			N.º	N.º	
<b>Ação: Qualificar profissionais de saúde que atuam nos serviços que atendem especificamente a saúde indígena no Paraná por meio das atividades de Educação Permanente</b>					
Capacitar (por meio de atividades de educação permanente) a equipe de enfermagem que atua nas aldeias indígenas para o cuidado com as gestantes e crianças indígenas	Profissionais de saúde que atuam em terras indígenas capacitados	50	20	20	SESA/SAS
<b>Ação: Acompanhar as gestantes e crianças até 1 ano de vida com o objetivo de reduzir a mortalidade</b>					
Implantar a Gestão de Caso em Aldeias Indígenas	Gestantes e crianças indígenas até 1 ano de vida com acompanhamento	35	37	37	SESA/SAS
<b>Ação: Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário</b>					
Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário durante o pré-natal e referenciá-las a um hospital com melhor condição para atendê-las	Gestantes indígenas com risco estratificado como intermediário	300	253	253	SESA/SAS

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

## MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Em 2012, quando foi elaborado o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário, ainda não eram conhecidos, com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas, tampouco as demandas por realocação de famílias decorrentes dessas intervenções. Naquele momento, o entendimento tanto do Estado quanto do Banco foi de que apenas a ação de adequação de estradas rurais prevista no PRÓ-RURAL teria potencial mínimo de causar reassentamento involuntário.

Entretanto, durante a missão da Especialista em Salvaguarda Social do Banco, realizada em dezembro de 2014, foi verificado que as seguintes ações também possuem potencial mínimo de causar reassentamento involuntário: a) instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias; b) ampliação e reforma de prédios escolares.

A Revisão de Meio Termo do Projeto reafirmou a necessidade de atualizar o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário com a máxima brevidade possível.

A seguir, serão apresentadas as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação dos programas, além das informações de contexto que interferem na operacionalização da OP 4.12 (Salvaguarda de Reassentamento Involuntário). No quadro 8 estão resumidas essas ações.

## PRÓ-RURAL

Por enquanto nenhum quilômetro de estrada foi readequado com recursos do programa, pois as ações de readequação de estradas rurais previstas não foram iniciadas. No entanto, a licitação internacional (LPI nº 001/2014) para a aquisição das patrulhas rodoviárias foi finalizada, assim como foi lançado o Edital SEAB/Banco Mundial nº 002/2016 visando à seleção dos consórcios intermunicipais que receberão os bens adquiridos.

Nesse contexto, há a perspectiva de que as obras de readequação de estradas tenham início no primeiro semestre de 2017, após a análise do Banco do resumo dos três primeiros processos contendo a Ata de Consulta à Comunidade, a Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário e o Termo de Anuência quanto ao projeto da obra.

## GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

Até dezembro de 2014 foram perfurados 185 poços, entretanto até junho de 2016 somente 107 deles tinham sistemas de distribuição de água instalados. O AGUASPARANÁ continua as tratativas com 58 prefeituras, visando à finalização da canalização da água dos poços para as casas. Ainda, 10 poços perfurados foram considerados tecnicamente inviáveis e outros 10 estão incluídos no processo licitatório para garantir a realização de obras complementares, pois apesar de secos na primeira perfuração é justificável uma nova tentativa.

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas atividades administrativas para a qualificação do Edital de licitação para a contratação de novas obras, havendo a perspectiva de que no segundo semestre do ano esse Edital seja enviado para análise e não objeção do Banco, fazendo-se uma breve referência que as políticas de salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as localizações das obras estiverem definidas, conforme o Manual Operativo do Programa e o Marco de Reassentamento Involuntário.

## RENOVA ESCOLA

No âmbito da implementação do Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas 310 escolas até dezembro de 2015.<sup>3</sup>

Em conformidade com a legislação, e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os procedimentos adotados pelo Estado para a operacionalização do programa impedem a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Nesse contexto, até o primeiro semestre de 2015 não foram identificados casos de reassentamento involuntário.

O Relatório de Vistoria do Terreno, preenchido pelos engenheiros da SEED/SUDE antes da elaboração do projeto da obra, foi ampliado incluindo-se questões relacionadas ao terreno e demais impactos relacionados com reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água.

## REDE MÃE PARANAENSE

As obras relativas à construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas no Programa Rede Mãe Paranaense são realizadas pelos municípios. Assim, a SESA repassa recursos a esses entes por meio de convênios ou transferências do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Um acompanhamento detalhado do status de execução das obras foi realizado pela SESA, sendo este processo finalizado no primeiro semestre de 2016. Assim, foi possível identificar que até dezembro de 2015 foram concluídas, pelos municípios, 105 UBS. E no primeiro semestre de 2016 foram concluídas 55 obras.

Tendo em vista as determinações da legislação, e considerando as recomendações do TCE, a SESA somente repassa recursos para a construção de UBS em terrenos públicos regulares. Sendo assim, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

---

<sup>3</sup> Em virtude das aferições que foram realizadas na execução das obras do Programa, o número apresentado de 323 obras no Relatório relativo a 2015 foi alterado, pois foram excluídas 13 obras, tendo em vista os achados do TCE.

## RESUMO DAS AÇÕES

No quadro 8 estão resumidas as ações previstas, realizadas e programadas.

QUADRO 8 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA	EXECUTOR	AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PREVISTAS
Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural)	SEAB	Adequação de estradas rurais	Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. Foram adquiridas as patrulhas rodoviárias. Foi lançado Edital para a seleção dos Consórcios Intermunicipais para o repasse dos bens adquiridos.	Conclusão dos convênios com os consórcios municipais para o repasse das patrulhas rodoviárias no 2.º semestre de 2016. Início das obras pelos consórcios em 2017.
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais	185 poços perfurados até dezembro de 2014 – apenas 107 possuem sistemas de distribuição de água instalados até junho de 2016. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de viabilizar o processo licitatório para a construção de novos poços. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período.	Conclusão de processo licitatório para a perfuração de novos poços está prevista para o 2.º semestre de 2016.
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas	310 escolas reformadas ou ampliadas até dezembro de 2015. 18 escolas com obras descentralizadas para reparos no primeiro semestre de 2016. Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período.	As obras que estão em execução pelo Programa serão concluídas.
Rede Mãe Paranaense	SESA	Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs)	Acompanhamento detalhado do status de execução das obras realizado pela SESA no 1.º semestre de 2016. 105 UBS concluídas até dez/2015. 55 UBS concluídas no 1.º semestre de 2016. Nenhum caso de reassentamento involuntário identificado.	As obras que estiverem em andamento com recursos do Programa serão concluídas.

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Project Appraisal Document (PAD): Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. nº 67.388 – BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9\\_formacao\\_acao.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7\\_gestao\\_riscos.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2\\_microbacias.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5\\_mae\\_paranaense.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8\\_modernizacao\\_sema.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1\\_prorural.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3\\_renova\\_escola.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6\\_urgencia\\_emergencia.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4\\_avaliacao\\_aprendizagem.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná: Manual Operativo**. Curitiba, 2014. v.1.